

DIÁLOGO GLOBAL ^{3.2}

5 edições por ano em 14 idiomas

Sociologia como Vocação

André Béteille, Jacklyn Cock

Política no Oriente Médio

Mustafa Attir,
Sari Hanafi,
Feras Hammami

Respostas à Crise em Portugal

José Soeiro,
Dora Fonseca,
Maria Luísa Quaresma

- > A tripla virada da Sociologia Taiwanesea
- > Sociologia de uma pequena nação
- > Questões morais no Chile
- > Políticas do meio ambiente no Chile
- > Migrantes ocupam o centro de Santiago
- > Internacionalizando a sociologia
- > A sociologia estadunidense em declínio?
- > Os Bálcãs além da Balcanização
- > Interdisciplinaridade
- > Sociologia e as transformações sociais
- > Movimentos sociais globais
- > Participação de jovens na ONU
- > Foto-ensaio: As verdadeiras Bedik

NEWSLETTER



International
Sociological
Association



VOLUME 3 / EDIÇÃO 2 / FEVEREIRO 2013
www.isa-sociology.org/global-dialogue/

GD



> Editorial

Enfrentando um mundo desigual

Eu escrevo este editorial de Ramallah, o centro administrativo da Autoridade Palestina em West Bank – um lugar de exceção que abre novas perspectivas de dominação, afetando as condições de produção da sociologia, não menos do que o objeto de seu estudo. Se Gaza experimenta a rápida e terrível violência dos bombardeios, o West Bank experimenta a violência lenta – para seguir a formulação de Jackie Cock nesta edição da *Diálogo Global* – de divisão geográfica, multiplicação de postos de inspeção, os muros que expõem os palestinos de sua terra, separando-os dos demais, tudo conspirando para promover a expansão unilateral dos assentamentos israelenses.

A vida em West Bank é definida pela incerteza e insegurança, não menos na vida no campus universitário. Mas os palestinos possuem formas de se defender quando o estado israelense os brutaliza. Por exemplo a Universidade de Al-Quds, sediada em Abu Dis, tem apoiado uma experiência única chamada *Campus in Camps* – um projeto que traz uma nova educação crítica aos campos de refugiados. A idéia de Alessandro Petti, Sandi Hilal e Munir Fasheh, além de quinze homens e mulheres jovens de quatro campos, permitiu criar um “dicionário coletivo” que problematiza os conceitos básicos da ciência social – cidadania, participação, bem-estar, sustentabilidade, conhecimento, relação, área pública – infundindo-os com significado local. Esse intenso processo de educação freireana trouxe uma transformação da consciência social em que os campos não são mais vistos como um lugar de vitimização, mas um espaço político que tem se constituído de reconstruído desde 1948.

Como Feras Hammami descreve nesta edição da *Diálogo Global*, o estado de exceção afeta os dominadores também – o estado israelense suprime os dissidentes dentro de suas próprias universidades. É claro, Israel não é o único exemplo de controle ditatorial nessa região. Mustafa Attir descreve como era conduzir a sociologia sob o regime de Kadafi e os desafios que isso traz para a nova ordem. Indo adiante, sociólogos chilenos – Oriana Bernasconi, Alejandro Pelfine e Carolina Stefoni – descrevem as limitações e os paradoxos da transição democrática quando ela afeta questões morais, meio ambiente e migração. O tema da democratização também compõe a descrição de Michael Hsiao sobre a trajetória ascendente da sociologia taiwanesa, a começar pela importação da teoria métodos norte-americanos, e a subsequente virada para uma crítica ao partido-estado autoritário KMT, seguido por uma virada radical quando os sociólogos ingressaram no movimento democrático. Contrariando essa visão otimista, Su-Jen Huang coloca em dúvida a sociologia produzida em países pequenos com uma comunidade limitada de pesquisa.

Esses impedimentos, contudo, não impedem técnicas inovadoras de intervenção sociológica. Como nós aprendemos com José Soeiro e Dora Fonseca, os sociólogos portugueses têm desenvolvido mobilizações inovadoras contra medidas austeras, muitas delas transplantadas da América Latina. Esses jovens sociólogos estão menos preocupados com os dilemas tão eloquentemente descritos por Eloísa Martín, editora da *Current Sociology*, os dilemas de operação em um mundo profissional governado por normas do Norte. Eles estão prontos para adaptar e recriar a sociologia, de qualquer lugar, para desafiar a destrutividade da terceira onda de mercantilização e seus instrumentos políticos.

> **A *Diálogo Global* pode ser lida em 14 idiomas no [website da ISA](#)**

> **Submissões devem ser enviadas para: burawoy@berkeley.edu**



André Béteille, um dos mais ilustres da Índia cientistas sociais, discute a relação emaranhada entre a sociologia e a antropologia, sociólogos e como deve manter uma autonomia crítica quando entram política e domínios públicos.



Jacklyn Cock, feminista, ambientalista e pensadora crítica, mostra a onipresença da lenta e destrutiva violência na África do Sul hoje - um tema central e necessário para a análise sociológica.



Em uma entrevista com Sari Hanafi, sociólogo da Líbia **Mustafa Attir** descreve o que era ser um sociólogo sob o regime repressivo de Kadafi e os desafios enfrentados pelos sociólogos da Líbia de hoje.

> Corpo Editorial

Editor:

Michael Burawoy.

Editores Executivos:

Lola Busuttil, August Bagà.

Editores Associados:

Margaret Abraham, Tina Uys, Raquel Sosa, Jennifer Platt, Robert Van Krieken.

Conselho Editorial:

Izabela Barlinska, Louis Chauvel, Dilek Cindoğlu, Tom Dwyer, Jan Fritz, Sari Hanafi, Jaime Jiménez, Habibul Khondker, Simon Mapadimeng, Ishwar Modi, Nikita Pokrovsky, Emma Porio, Yoshimichi Sato, Vineeta Sinha, Benjamín Tejerina, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova.

Editores Regionais

Mundo Árabe:

Sari Hanafi, Mounir Saidani.

Brasil:

Gustavo Taniguti, Juliana Tonche, Pedro Mancini, Célia da Graça Arribas, Andreza Galli, Renata Barreto Preturlan, Rossana Marinho.

Colômbia:

María José Álvarez Rivadulla, Sebastián Villamizar Santamaría, Andrés Castro Araújo.

Índia:

Ishwar Modi, Rajiv Gupta, Rashmi Jain, Uday Singh.

Irã:

Reyhaneh Javadi, Najmeh Taheri, Hamidreza Rafatnejad, Saghar Bozorgi, Zohreh Sorooshfar, Faezeh Khajehzadeh.

Japão:

Kazuhiisa Nishihara, Mari Shiba, Kousuke Himeno, Tomohiro Takami, Yutaka Iwadate, Kazuhiro Ikeda, Yu Fukuda, Michiko Sambe, Takako Sato, Shohei Ogawa, Tomoyuki Ide, Yuko Hotta, Yusuke Kosaka.

Polônia:

Mikołaj Mierzejewski, Karolina Mikołajewska, Jakub Rozenbaum, Krzysztof Gubański, Emilia Hudzińska, Julia Legat, Adam Müller, Tomasz Piątek, Anna Piekutowska, Anna Rzeźnik, Konrad Siemaszko, Justyna Witkowska, Zofia Włodarczyk.

Romênia:

Cosima Rughinis, Ileana Cinziana Surdu.

Rússia:

Elena Zdravomyslova, Anna Kadnikova, Elena Nikiforova, Asja Voronkova, Ekaterina Moskaleva and Julia Marti-navichene

Taiwan:

Jing-Mao Ho.

Turquia:

Aytül Kasapoğlu, Nilay Çabuk Kaya, Günnur Ertong, Yonca Odabaş, Zeynep Baykal, Gizem Güner.

Consultores de Mídia:

Annie Lin, José Reguera.

Consultor de Edição:

Abigail Andrews.

> Nesta Edição

Editorial: Enfrentando um mundo desigual **2**

A vocação da sociologia – Uma visão pragmática
Por André Béteille, Índia **4**

A vocação da sociologia – Expondo a violência lenta
Por Jacklyn Cock, África do Sul **6**

> POLÍTICA NO ORIENTE MÉDIO

A sociologia líbia durante e depois da ditadura
Uma entrevista com Mustafa Attir, Líbia **8**

Crise política em universidades israelenses
Por Feras Hammami, Suécia **11**

> RESPOSTAS À CRISE EM PORTUGAL

Teatro dos oprimidos – Uma forma de sociologia pública?
Por José Soeiro, Portugal **13**

Precários, mas inflexíveis
Por Dora Fonseca, Portugal **15**

A sociologia na areia movediça
Por Maria Luísa Quaresma, Portugal **17**

> SOCIOLOGIA TAIWANESA

A virada tripla da sociologia taiwanesa
Por Hsin-Huang Michael Hsiao, Taiwan **19**

Os apuros da sociologia em uma nação pequena
Por Su-Jen Huang, Taiwan **21**

> O DESAFIO DEMOCRÁTICO DO CHILE

Questões morais e liberdades individuais no Chile
Por Oriana Bernasconi, Chile **23**

Os limites das políticas ambientais no Chile
Por Alejandro Pelfini, Chile **24**

Uma ocupação de migrantes no centro de Santiago do Chile
Por Carolina Stefoni, Chile **26**

> O NACIONAL E O INTERNACIONAL

O desafio da internacionalização da sociologia
Por Eloísa Martín, Brasil **28**

A sociologia estadunidense está em declínio?
Por Bronwen Lichtenstein, EUA **30**

> CONFERÊNCIAS

Os Bálcãs além da Balcanização
Por Svetla Koleva, Bulgária **32**

Interdisciplinaridade
Por Clarence M. Batan, Filipinas **34**

Sociologia e transformações sociais
Por Leslie Lopez, Filipinas **36**

Movimentos globais, reivindicações nacionais
Por Benjamín Tejerina, Espanha **37**

> COLUNAS ESPECIAIS

Participação jovem na Organização das Nações Unidas
Por Jovanni Rodriguez, EUA **38**

Foto-Ensaio – As verdadeiras Bedik
Por Eryn Snyder, EUA **39**

> A vocação da sociologia

Uma visão pragmática

Por André Béteille, Universidade de Déli, Índia



André Béteille foi considerado o “homem mais sábio” na Índia, e por boas razões. A começar por sua monografia canônica, *Casta, Classe e Poder*, que aplica a sociologia weberiana a um estudo antropológico de aldeias, Béteille escreveu sobre quase todas as dimensões da desigualdade, e sobre um amplo leque de temas públicos relacionados. Conquistou muitos elogios e prêmios, e presidiu o Conselho Indiano de Pesquisa em Ciências Sociais. Renunciou da Comissão de Conhecimento Nacional do Primeiro Ministro quando esta propôs aumentar as reservas baseadas em castas. Ele é, em grande medida, o sociólogo público com fortes comprometerimentos profissionais, tendo escrito em todos os principais jornais e falado quando a opinião pública ou as políticas públicas estão em desacordo com seu conhecimento sociológico.

André Béteille, fotografado recentemente em Déli.

A adoção da sociologia como vocação requer que se adquira e mantenha um senso de sociologia como uma disciplina intelectualmente distinta. Ao mesmo tempo, se visamos a sociologia como uma vocação e não apenas como uma carreira, não será suficiente que foquemos apenas no aparato técnico da disciplina, embora isso também seja importante e não possa ser ignorado. A sociologia como uma disciplina intelectual desenvolveu um corpo de conceitos, métodos e teorias grande, porém vagamente conectado, e que tem que ser tratado como um recurso valioso por todo sociólogo praticante.

A sociologia deve ser distinta do senso comum, que é limitado em seu alcance e utiliza muitas presunções não verificadas para interpretar e explicar fenômenos cotidianos. A sociologia não deve lutar contra o senso comum,

mas superá-lo para alcançar uma visão mais ampla e profunda sobre a operação da sociedade. O conjunto de assuntos da sociologia é tal que é muito mais difícil isolá-lo das afirmações e julgamentos do senso comum do que, por exemplo, para a física de partículas ou a biologia molecular. Ademais, enquanto assuntos atuais podem ser farinha para o moinho do sociólogo, ele difere do jornalista em sua orientação para esses assuntos.

Como uma disciplina intelectual, a sociologia pode ser vista em termos de três atributos: (i) trata-se de uma ciência empírica; (ii) é uma ciência sistemática; e (iii) é uma ciência comparativa. Sendo uma ciência empírica, visa manter uma clara distinção entre julgamentos de valor e julgamentos de realidade, ou entre questões de “dever ser” e questões de “ser”. Para ser preciso, o estudo de uma sociedade requer o estudo de suas normas e valores, mas o sociólogo estuda as



normas em um sentido descritivo, e não prescritivo. Além disso, o sociólogo visa examinar as interconexões entre processos sociais de modo sistemático, sem qualquer presunção a respeito dessas interconexões serem harmoniosas ou basicamente discordantes. Finalmente, a sociologia é uma ciência comparativa que visa situar no mesmo plano de observação e investigação todas as sociedades humanas, tanto a própria sociedade do sociólogo como as demais.

Meu comprometimento com o método comparativo tornou-me um forte defensor da unidade da sociologia e da antropologia social. A maioria dos indianos, de fato, estuda a sociedade e cultura da Índia, mas o país é tão grande e sua população tão diversa que é possível estudar toda a variedade de arranjos sociais dentro de um mesmo país. A tendência natural, na Índia, é trabalhar a partir da presunção da unidade entre a sociologia e a antropologia social, enquanto que no Ocidente a tendência tem sido a de separar o estudo de sociedades “avançadas”, descrito como sociologia, do estudo de comunidades iletradas, tribais ou campesinas, que é atribuído à antropologia.

O mesmo comprometimento com o método comparativo tornou-me cético quanto à visão comumente defendida na Índia de que os indianos deveriam desenvolver sua própria sociologia distintiva da Índia para se libertarem dos constrangimentos de uma estrutura ocidental de investigação e análise. O quadro geral da sociologia pode ter se originado na Europa e na América e pode ainda estar enviesado por presunções decorrentes dessas sociedades, mas não há razões para acreditar que esse modelo é rígido e inflexível e não pode sofrer alterações. De fato, ele se alterou continuamente, e eu mesmo redigi trabalhos gerais sobre a desigualdade pelo menos com a expectativa de que eles serão lidos tanto por estudantes na Índia como fora do país.

Em uma longa carreira de ensino a estudantes da pós-graduação em uma instituição acadêmica preparatória, eu lutei, como a maioria de meus colegas na Índia, com a necessidade de harmonizar o ensino de “teoria sociologia” com “a sociologia da Índia”. Nos cursos sobre “teoria”, os estudantes aprendem sobre Marx, Weber, Durkheim, Parsons, Merton, e assim por diante, enquanto que naqueles sobre a Índia aprendem sobre vilarejos, castas e famílias estendidas; então, naturalmente, eles acham difícil estabelecer as conexões entre os dois conjuntos de aulas.

Em minhas aulas, tenho desenvolvido uma abordagem baseada no que eu chamo de “raciocínio sociológico”. Depois de explicar as características definidoras da sociologia como uma disciplina intelectual, discuto uma variedade de tópicos específicos. Frequentemente, começo com política e falo sobre “a política como um tema para a sociologia”. Afinal, a política é do interesse de uma grande variedade de pessoas. O que questiono é se há algo específico que a sociologia traz para o entendimento da política. A mesma questão pode ser feita sobre religião. A religião atraiu uma forte atenção intelectual de teólogos e filósofos muito antes de a sociologia se tornar uma disciplina intelectual: a sociologia introduziu algo novo ao entendimento sobre a religião? Podemos nos fazer a mesma questão sobre família, parentesco e casamento, e sobre um conjunto de outros temas.

Usei a ideia de raciocínio sociológico para levar os achados da pesquisa e investigação sociológicas para um público mais amplo. Minha perspectiva é de que o sociólogo deveria escrever para sua profissão, mas não somente para ela. Ele também tem a responsabilidade de alcançar o grande público. Consequentemente, para além de publicar artigos em periódicos profissionais, também colaborei com artigos editoriais para alguns dos jornais líderes da Índia, como o *The Times of India*, *The Hindu* e *The Telegraph*. Mas, embora eu tenha feito um uso ocasional desses jornais, tentei evitar escrever como um jornalista, que deve comentar sobre os eventos de um dia para o outro, e busquei interpretar esses eventos a partir de uma perspectiva histórica e sociológica mais ampla.

A visão que tenho sobre mim sempre foi de que sou um sociólogo, e não um moralista. Meu próprio interesse especial como sociólogo foi o estudo comparativo da desigualdade. Como é bem sabido, a desigualdade é um aspecto profundamente enraizado e difuso da sociedade indiana. Indianos educados adoram moralizar sobre os males da desigualdade e as virtudes da igualdade. Mas a desigualdade não pode ser simplesmente varrida da existência pela sua denúncia em público. Despendi uma grande quantidade de tempo para compreender as diferentes formas e dimensões da desigualdade e as tendências sociais que as altera, transforma, enfraquece ou reforça. Sempre tentei manter uma atitude pragmática sobre igualdade e desigualdade, assim como contra as atitudes utópicas ou fatalistas que são, no fim, os dois lados da mesma moeda. ■

> A vocação da sociologia

Expondo a violência lenta

Por Jacklyn Cock, Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, África do Sul



Sociólogos não são mais engajados que **Jackie Cock**. Uma pioneira da sociologia da África do Sul, ela tem consistentemente e constantemente explorado a relação entre violência e desigualdade: de seu clássico *Maids and Madams*, uma análise feminista do trabalho doméstico, para sua interrogação de gênero e guerra em *Colonels and Cadres* e suas revelações de injustiça ambiental em *The War Against Ourselves*. Ela tem instado a sociologia a expor as maiores injustiças de nosso tempo, na África e além.

Jacklyn Cock, presidindo um painel na Universidade de Witwatersrand, África do Sul.

As estruturas e processos sociais que moldam nossa experiência são frequentemente escondidas ou obscurecidas por crenças convencionais, interesses poderosos e explicações oficiais. Uma das mais perigosas delas é como a violência é geralmente entendida como um evento ou ação que é imediata no tempo e explosiva no espaço. Mas, muita destruição do potencial humano tem a forma de uma “violência lenta”, que se estende no tempo. Ela é insidiosa, não dramática e relativamente invisível. Por violência lenta eu quero dizer o que Rob Nixon chama de “longas mortes”, uma violência que ocorre gradualmente e fora de vista, uma violência de atrasada destruição que se dispersa através do tempo e espaço, uma violência de atrito que normalmente não é vista como violência. Tanto a poluição ambiental, quanto a desnutrição, são formas desta violência lenta. Am-

bas as situações são relativamente invisíveis e envolvem sérios danos que se desenvolvem lentamente ao longo do tempo.

Alimentação é onde muitas questões convergem – desigualdade, mudanças climáticas, globalização, fome, especulação de commodities, urbanização e saúde. O alimento não é geralmente associado à violência, exceto em relação aos movimentos e protestos sociais que, em 2008, ocorreram em cerca de 30 cidades em todo o mundo em resposta ao aumento dramático de preços. Entretanto, a desnutrição envolve uma forma de “violência lenta” porque seus efeitos nocivos sobre o corpo humano são geralmente escondidos e envolvem uma erosão das capacidades e potenciais humanos que ocorrem gradualmente ao longo do tempo. Isso é mais dramaticamente evidente no um bilhão de pessoas no



mundo que são desnutridas ou a realidade, na África do Sul contemporânea, em que uma a cada quatro crianças com menos de seis anos mostra sinais de atraso no crescimento (tanto físico quanto intelectual) devido à desnutrição crônica.

O conceito muito amplo e descritivo de “insegurança alimentar” obscurece a distinção entre fome e desnutrição. A mídia convencional evoca imagens de vítimas magras e esqueléticas da seca na Somália. Mas insegurança alimentar é bem mais vago, e pode ser escondida sob camadas de roupa ou gordura corporal. Desnutrição é muitas vezes obscurecida pela obesidade entre populações urbanas pobres que confiam na comida barata que é rica em calorias, mas deficiente em vitaminas e minerais. Isto não é evidente a olho nu.

Poluição ambiental – mais obviamente no caso de emissões de carbono que causam mudanças climáticas – é crescente e tem impactos devastadores, especialmente sobre os pobres e vulneráveis na África meridional. Muito desta degradação toma a forma de uma “violência lenta”, que se estende pelo tempo, sendo insidiosa e relativamente invisível. Mesmo os impactos extensos (e o reconhecimento oficial) das dramáticas catástrofes ecológicas de Bhopal e Chernobyl foram lentos em seu desenvolvimento.

Perto de Joanesburgo, em uma área conhecida como Vale do Aço, a poluição catastrófica por uma usina siderúrgica era obscura, lenta e de longo prazo. A penetração da “violência lenta” por poluição tóxica foi extensa, permeando a paisagem, movendo-se lentamente pelo ar e águas subterrâneas e – em muitos casos – foi conduzida para dentro e somatizada na forma de defeitos genéticos, cânceres e falhas renais entre animais e seres humanos.

Muita poluição – de corpos ou rios – está escondida, seja de nossa percepção sensorial imediata ou do nosso entendimento. Ela opera de maneiras invisíveis e sua exposição depende de um processo que Ulrich Beck chama de “reconhecimento social”, que é a tarefa da sociologia, especialmente quando, como foi o caso do Vale do Aço, as ameaças à vida humana foram deliberadamente ocultas. O poder da gestão siderúrgica, auxiliada por burocracias estatais insensíveis ou incompetentes, seguiu um padrão de mentiras e negação para evitar a responsabilidade pelos danos causados.

Mas o potencial da sociologia para a emancipação humana vai além da “exposição” para a “explicação”. Ambos os exemplos de “violência lenta” citados aqui têm causas sociais, assim como consequências sociais; no caso da poluição ambiental, a externalização dos custos ambientais por uma poderosa corporação, no caso da desnutrição, a operação de um regime alimentar focado no lucro ao invés das necessidades humanas.

“Violência lenta” não é um conceito que desconsidera classes. São os pobres os mais vulneráveis à violência lenta da desnutrição e poluição ambiental. Eles frequentemente lutam sozinhos como indivíduos atomizados. Mas, demonstrar como a experiência individual é moldada por amplos processos sociais é parte do rico legado de C. Wright Mill. A “imaginação sociológica” implica sociólogos engajados com o “homem comum” (sic), no mundo real (e, eu afirmaria, com questões básicas como acesso à alimentação nutritiva e água potável).

Michael Burawoy teoriza este compromisso sob duas formas: o “método de caso estendido” e a “sociologia pública”. A primeira envolve um diálogo entre pesquisadores e “pesquisados” que seja respeitosa, sensível e reflexiva. Os sociólogos devem estar dispostos a estender suas experiências para vida daqueles que pesquisam. Eles devem estar dispostos a gastar tempo em casas, minas e fábricas por longos períodos de tempo. É a partir deste ponto de vista, desde baixo, que processos sociais podem ser expostos e rigorosamente analisados. Da mesma forma, “sociologia pública orgânica” “torna visível o invisível” e trabalha em estreita ligação com uma “visível, espessa, ativa e frequente resposta pública”. Isto envolve enfatizar o trabalho coletivo e rejeitar o chamado de C. Wright Mills ao “defender a primazia do acadêmico individual”. Em vez disso, neste momento neoliberal altamente individualizado, sociólogos dever estar em solidariedade com os pobres e oprimidos.

Ao fazer isso, a sociologia pode fortalecer os movimentos sociais, mobilizar ações coletivas em torno de questões como a “soberania alimentar” e “justiça ambiental” – movimentos inspirados num compromisso com a justiça social, que desafiam o poder corporativo e demandam arranjos sociais alternativos, arranjos que promovem a emancipação humana. ■

> A sociologia líbia durante e após a Ditadura

Uma entrevista com Mustafá Attir



Dr. Mustafa Attir, sociólogo líbio que sobreviveu à ditadura de Kadafi.

O Dr. Mustafa O. Attir é Professor de Sociologia na Universidade de Trípoli, Diretor do Centro para Pesquisa em Desenvolvimento Sustentável, e ex-Presidente da Associação Sociológica Árabe. Ele é o autor de numerosos livros e artigos sobre o impacto da modernização e do petróleo sobre a sociedade líbia. Foi entrevistado por Sari Hanafi, Professor de Sociologia na Universidade Americana em Beirute e membro do Comitê Executivo da ISA de 2010 a 2014.

SH: *Você pode me contar sobre a sua trajetória acadêmica na Líbia?*

MA: Adquiri meu bacharelado pela Escola de Artes Liberais, na Universidade da Líbia, graduando em Sociologia. Em 1962, fui enviado para os EUA por minha universidade, onde obtive meu mestrado pela Universidade de Pittsburg, e depois um PhD em Sociologia pela Universidade de Minnesota em 1971. Voltei à Líbia, onde estive lecionando desde então, além de manter alguns postos na universidade, incluindo Decano da Escola de Artes Liberais, Diretor do Centro de Pesquisa da Universidade, e Presidente da Universidade.

SH: *Eu assisti uma oficina organizada pelo Centro para Estudos da União Árabe. Alguns esquerdistas e nacionalistas criticaram a intervenção da OTAN na Líbia, enquanto participantes libaneses apoiaram-na unanimemente? Qual é a sua posição?*

MA: A Primavera Árabe teve início na Líbia, em 17 de fevereiro de 2011. Começou como uma manifestação pacífica na cidade oriental de Benghazi. O regime respondeu furiosamente, usando todo tipo de equipamento militar. Mas o uso excessivo da violência contra manifestantes desarmados não parou a manifestação em Benghazi, que se espal-



hou por todo o país. Difícil que qualquer cidade ou vilarejo tenham sido poupados, e o movimento pareceu como uma revolta popular. Depois de algum tempo, o regime foi bem sucedido em assegurar seu controle sobre certas partes do país, incluindo a capital, enquanto todo o oeste e partes do leste e do sul permaneceram nas mãos dos rebeldes. Logo, o país estava mergulhado em algo que correspondia a uma guerra civil, mesmo que o equipamento militar dos rebeldes não fosse páreo, em nenhuma medida, para o poder de fogo dos batalhões de segurança de Kadafi, que utilizaram equipamento pesado incluindo blindados, recursos aéreos e de artilharia, assim como mercenários estrangeiros. A mídia moderna tornou possível, para o resto do mundo, conferir a brutalidade e o dano que os batalhões de segurança de Kadafi infligiram sobre os civis. Em pouco tempo, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução autorizando os Estados membros a estabelecer e aplicar uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia, e utilizar “todos os meios necessários” para prevenir ataques sobre os civis. Isso levou à intervenção da OTAN, que esteve limitada ao fogo aéreo e naval, enquanto a luta em terra foi deixada para milícias armadas rebeldes. Kadafi foi teimoso e impiedoso, e se não fosse pela intervenção militar internacional, o país e seu povo teriam sido dizimados.

SH: Como é possível que um sociólogo como você produza conhecimento sobre sua sociedade quando ela está sob o domínio de uma ditadura? E que tipo de conhecimento você pôde produzir?

MA: Ensinar sociologia na Líbia, manter a independência e salvar o conteúdo dos cursos de serem coloridos pela ideologia não foram tarefas fáceis. Sendo educado em faculdades americanas, estive profundamente envolvido com a pesquisa empírica e técnicas quantitativas. Na sociologia, preocupe-me principalmente com a modernização e a mudança social. Essa área foi importante na sociedade líbia, assim como no resto do Mundo Árabe. A Líbia tinha uma população reduzida, dividida em tribos que são fortemente conectadas entre si. Considerando que o dinheiro não era escasso, e sendo eu o primeiro sociólogo com PhD, não encontrei dificuldades no acesso aos oficiais de alta patente e para assegurar fundos adequados para estudar qualquer tema. Queria estudar. De modo a evitar problemas, mantive-me afastado de duas áreas: religião e política. Contudo, manobrei para realizar pesquisas entre prisioneiros e, ao menos em duas ocasiões, a amostra foi tirada daqueles que estavam na prisão devido a sua afiliação com a Irmandade Islâmica e aquilo que passou a ser conhecido como Afegão Árabe. Apesar de os recursos virem de departamentos do governo, não era necessário expor os achados de pesquisa na prática, uma vez que a relação entre pesquisa e tomadas de decisão era muito frágil.

SH: Universidades da Líbia exilaram os intelectuais que eram próximos da classe autoritária dominante de Kadafi?

MA: Professores universitários, na Líbia, podiam ser classificados em duas categorias principais: o primeiro grupo era composto por aqueles que obtiveram sua educação universitária graças ao golpe militar de Kadafi em 1969, e que receberam bolsas de estudo no exterior por serem estudantes notáveis. Quase todos frequentaram universidades ocidentais (americanas, britânicas, alemãs, e francesas). Membros desse grupo são dedicados à sua profissão e deram seu melhor para servir às suas especialidades e aos seus estudantes. O Segundo grupo é formado pelos que se tornaram estudantes quando Kadafi começou a falar sobre sua ideologia privada, posteriormente consagrada em seu Livro Verde. Durante aqueles dias, a Líbia não tinha partidos políticos, mas alguns estudantes universitários se afiliaram a diferentes tendências políticas na região. Kadafi, porém, decidiu que todos, especialmente estudantes universitários, deveriam seguir sua nova ideologia, e muitos o fizeram. Em 1976, ele ordenou que os estudantes que acreditavam em sua ideologia “limpassem” o campus universitário de estudantes que ele classificou como reacionários. Conflitos tiveram início logo a seguir, e muitos foram feridos ou presos, enquanto outros foram forçados a deixar a universidade. No ano seguinte, ele começou a organizar seus seguidores em comitês revolucionários. Os membros tiveram que memorizar os ditados de Kadafi, seguir seus passos, e cumprir qualquer tarefa que ele lhes ordenasse, incluindo o enforcamento público de estudantes nos campos universitários.

De acordo com as regras universitárias, apenas estudantes com mérito deveriam ser enviados ao exterior para cursos de graduação. Desde o final da década de 1970, porém, os estudantes que se tornaram líderes de comitês revolucionários foram recompensados com bolsas de estudo internacionais. A maioria não tinha uma orientação acadêmica e, portanto, não era qualificada para ingressar em boas instituições e terminaram com diplomas de universidades de terceira ou quarta categorias na Europa Oriental ou em países árabes. Ao retornar, eles ocuparam posições docentes para disseminar a ideologia de Kadafi entre estudantes e o público em geral. Assim, quando as universidades líbias foram reabertas, após a guerra, alguns desses professores concordaram espontaneamente em deixá-las, outros foram convidados a se retirar, mas alguns conseguiram manter seus postos de ensino devido a seus laços sociais com indivíduos de alto escalão no novo regime. Relações familiares e tribais podem, frequentemente, ter premência sobre leis e regulações. Isso sempre foi o caso, ainda é, e continuará a ser por um longo tempo.

SH: Os intelectuais exerceram um papel na revolução líbia?

MA: O que ocorreu na Líbia, assim como em outros países árabes, foi uma insurreição que poderia ou não resultar em uma revolução. Os intelectuais foram pegos de surpresa.



No início, foi um movimento tocado por jovens utilizando modernas tecnologias de informação. O dia de 17 de fevereiro, contudo, foi planejado antes da revolta tunisiana. Estava relacionado a um massacre que ocorrera em Benghazi no mesmo dia, em 2006. Antes de 2011, indivíduos se manifestaram, mas seu número não era grande e eles eram dispersados facilmente pelas forças de segurança. No planejamento dos protestos de 2011, indivíduos jovens trocaram e discutiram ideias e estratégias pelo Facebook. O regime estava bastante ciente dessas atividades e estava preparado para qualquer revolta. O que ocorreu na Tunísia e, então, no Egito encorajou mais pessoas a participarem da revolta líbia. Apesar de ela ter se iniciado em Benghazi, indivíduos em Trípoli e outras cidades também estavam se preparando para aderir. A brutalidade excessiva com a qual o regime lidou com uma marcha pacífica acionou uma cadeia de reações em todo o país. Conforme a revolta prosseguia, pessoas mais velhas de todos os estratos da sociedade, incluindo intelectuais, juntaram-se a ela. Já que o regime sobreviveu a tantas tentativas frustradas de golpes militares, assim como a todo tipo de pressão internacional, muitos intelectuais líbios começaram a aceitar a ideia de que o único desenvolvimento político possível deveria surgir de dentro do próprio regime.

SH: Como um sociólogo, como você enxerga o futuro da Líbia?

MA: Os lemas que se espalharam durante a revolta focaram na remoção de Kadafi, na mudança do regime e no estabelecimento de um sistema político democrático. Não se deve esquecer que toda, exceto 12% da população líbia atual nasceu e cresceu durante o regime de Kadafi. Isso significa que quase todos os líbios ativos aprenderam que seu sistema político era o melhor do mundo, e que sua democracia, que não tinha partidos políticos, não tinha eleições e nem representantes, era a única democracia verdadeira. Todas as

instalações midiáticas foram estatizadas e direcionadas para propagar as ideias de Kadafi. O objetivo era fazer com que todos os líbios permanecessem sob controle atrás de uma corrente de pensamento. Os rebeldes líbios foram bem sucedidos em mudar o sistema e se livrar de Kadafi, mas eu não acho que eles estejam qualificados para estabelecer a democracia. O governo interino, com centenas de jornais, dezenas de estações de televisão, e incontáveis partidos políticos assegurou eleições justas, mas os rebeldes não baixaram suas armas. Assim, há mais de mil grupos armados, cada um deles operando independentemente dos demais. Eles se envolvem em qualquer ação decidida por seus líderes: desde o policiamento de seu distrito e a operação de pontos de inspeção para efetuar uma prisão, até interrogar e enviar pessoas para prisões privadas. Além disso, o país conta com grupos extremamente religiosos que insistem em impor sobre outros sua interpretação particular sobre a religião. Uma vez que esse tipo de grupo opera fora da lei, estabelecer uma democracia será um auto-engano.

SH: Qual é a missão da sociologia na Líbia pós-revolucionária?

MA: Hoje passou a ser possível conduzir pesquisas sobre temas que se tornaram tabu sob o regime de Kadafi. Existem pilhas de dados empíricos que poderiam ser reanalisados para se desenvolver novos modelos teóricos, envolvendo variáveis relacionadas à natureza do sistema político que durou 42 anos. Ao mesmo tempo, a Revolta Árabe introduziu novas áreas e direções para pesquisa, chamando a atenção para as forças que irão moldar o futuro da sociedade líbia: instalações de mídia sofisticadas, novos personagens políticos, poderes internacionais, grupos islâmicos, e expatriados. A tarefa da sociologia é a de descrever como todos esses componentes diferentes e conflituosos moldarão o cenário líbio. Não tenho dúvidas que os sociólogos líbios terão suas mãos ocupadas por algum tempo. ■

> Crise política em universidades israelenses

Por Feras Hammami, Instituto de Tecnologia Real (KTH), Estocolmo, Suécia



O estado israelense vigia o ensino e programas de estudo em suas próprias universidades.

Funcionários de diversas universidades israelenses recentemente assinaram uma petição protestando contra uma proposta feita pela Subcomissão de Avaliação de Qualidade do Conselho de Israel para o Ensino Superior (CHE) para impedir o Departamento de Política e Governo da Universidade Ben-Gurion (BGU) de admitir estudantes para o ano letivo de 2013-2014. O professor Gilad Haran, do Instituto Weizmann de Ciência, iniciou esta petição afirmando que “a liberdade acadêmica no sistema de ensino superior em Israel está em grande perigo”. Embora a petição tenha sido assinada em setembro, o estado de Israel tem censurado a liberdade de expressão em suas universidades desde o estabelecimento de Israel como um estado judeu em 1948. Essa data também marca o *Nakba* (Catástrofe) para os palestinos, a perda da Palestina histórica, a limpeza étnica, os deslocamentos, morte de famílias e amigos,

perda de propriedades e massacres perpetrados por militantes sionistas (mais tarde o estado de Israel) antes e depois de 1948. Mais de 27 universidades israelenses têm consistentemente apoiado a política de apartheid de Israel através da participação direta tanto em atividades políticas quanto militares (Hever, 2009).

> Repressão de dissidentes políticos em Universidades israelenses

A ala de direita do governo de Benjamin Netanyahu sancionou uma série de medidas repressivas para deter críticas internas de grupos de direitos humanos, mídia e judiciário (Cook, 2012: 22). Estudantes judeus e docentes policiam o ambiente acadêmico, agindo como fiscalizadores de cursos de professores “dissidentes”. Para evitar a calúnia pública, perda de emprego, prisão, ou mesmo morte, os funcionários delimitam informações que podem provocar

as autoridades. A professora Ariella Azoulay, da Universidade Bar-Ilan, teve sua posse negada por causa de suas associações políticas. Quando o professor Neve Gordon da BGU anunciou seu apoio ao boicote de universidades israelenses em 2009, o grupo extra-parlamentar Im Tirtzu pediu à universidade para demitir o professor e “por fim à inclinação anti-sionista” (*Haaretz*, 30/09/2012). O ministro da educação Gideon Saar também criticou o departamento de Política e Governo do BGU por seu viés “pós-sionista”. O professor Ilan Pappé, que apoia o boicote acadêmico de Israel, foi ele mesmo boicotado na Universidade de Haifa. Depois de ter recebido várias ameaças de morte e ter sido condenado pelo Knesset (parlamento de Israel), ele mudou seu trabalho para a Universidade de Exeter em 2008.

Nizar Hassan, diretor de vários filmes premiados, foi condenado pelo Comitê de Educação do Knesset por criticar um estudante judeu que chegou para a aula na Faculdade Sapir, em Negev, vestindo um uniforme militar (Cook, 2008). Não houve tal condenação a um palestrante judeu na mesma faculdade que pediu a uma beduína que tirasse seu véu quando



ela chegou à sala. Desde a instauração da segunda Intifada, em 2000, a polícia israelense e o serviço secreto intensificaram a detenção e o interrogatório de estudantes israelenses-palestinos em universidades israelenses. Yusef, um estudante da Universidade Ben-Gurion, perdeu a vida devido a sua associação política com um comitê estudantil árabe no campus (Gordon, 2006: 194-5).

> Auxiliando a ocupação militar

Universidades israelenses apoiam pesquisa e treinamento militar através de uma estreita cooperação com as empresas de fabricação de armas Elbit e RAFAEL. Essas empresas são mais conhecidas por fornecer o sistema de monitoramento para o Muro do Apartheid israelense, uma longa barreira de concreto de 760 quilômetros que se projeta para a Cisjordânia ocupada, permitindo a Israel anexar mais terras palestinas. A Universidade Technion é financiada pela Elbit para desenvolver sistemas de armas robóticas como o drone¹ e a tecnologia de veículos de combate não-tripulados que ajudaram no ataque israelense em Gaza em 2008-2009. Ela também forneceu uma assistência especial aos estudantes que serviram no ataque. De acordo com Hever (2009), Haim Russo, gerente da El-Op, filial da Elbit, foi nomeado para a diretoria da Technion, e ao presidente da Elbit Systems foi concedido um doutorado honorário.

Muitas universidades israelenses foram construídas sobre as ruínas de povoados e cidades palestinas que foram destruídas em 1948 e 1967. A Universidade de Tel-Aviv nunca admitiu o fato de que foi construída sobre as ruínas do destruído povoado palestino Sheikh Muwanis, cujos moradores foram deslocados e exilados. Outras universidades, como a Universidade Ariel Centro de Samaria, foram construídas em assentamentos ilegais sob o direito internacional na Cisjordânia. Ainda que a faculdade de Ariel e seus funcionários tenham

sido boicotados em Israel e no exterior, o Ministro da Educação louvou a decisão de conceder à instituição o status universitário completo.

Esses exemplos mostram que o fechamento do departamento de Governo e Política da BGU não é sem motivação política. Como declarou a presidente da BGU, professora Rivka Carmi, em sua carta aos presidentes de universidades de pesquisa de Israel, “existem muitas ameaças internas e externas contra instituições acadêmicas israelenses [...] Esta não é uma batalha particular da Universidade Ben-Gurion, mas uma luta de todas as instituições acadêmicas israelenses [...] A ratificação da atual decisão pela CHE é como hastear uma bandeira preta sobre a independência de acadêmicos israelenses”. A professora Tanya Reinhart, da Universidade de Tel-Aviv, diz que: “nunca em sua história o Conselho de qualquer universidade israelense deliberou uma resolução protestando o fechamento frequente de universidades palestinas. [...] em situações extremas de violações dos direitos humanos e princípios morais, a academia se recusa a criticar e [...] colabora com o sistema opressor” (Reinhart, 2004). O mesmo é verdadeiro sobre os apoiadores de Israel no exterior; nenhum dos 450 presidentes de faculdades americanas, que denunciaram o boicote, protestou contra a destruição da Universidade Islâmica em Gaza (Gordon and Halper, 2008).

Em resposta à violação de direitos humanos dentro e fora de universidades israelenses, acadêmicos engajados de todo mundo exigiram que suas universidades implementassem a política ética consagrada em suas constituições. Entre outros, o Comitê Britânico para Universidades da Palestina, o sueco “Grupo de Ação da KTH para o Boicote de Israel”, membros associados da Universidade McGill e a União Estudantil de Berkeley demandaram que suas universidades cortassem relações com universidades que são coniventes com a política de apartheid de Israel.

A Universidade de Joanesburgo foi a primeira universidade a terminar sua cooperação com a Universidade Ben-Gurion. Em relação à Europa, 260 acadêmicos de vinte países diferentes exortaram à Comissão Europeia que excluísse da União Europeia programas de empresas israelenses envolvidas no abuso de direitos humanos palestinos.

A campanha de boicote é vista muitas vezes como transgressora do diálogo livre e da obtenção de liberdade acadêmica. No entanto, os últimos 70 anos de diálogo com autoridades israelenses nem promoveram o processo de “paz” e nem obrigaram Israel a cumprir as resoluções da ONU ou do direito internacional. Exemplos da África do Sul durante o regime de apartheid mostram que os chamados internacionais pela liberdade acadêmica podem ser eficazes. Tais chamados podem revelar a política de apartheid do governo israelense, desafiar o sistema de vigilância que controla a liberdade de expressão em universidades e resgatar universidades israelenses de sua atual crise política e, de fato, ética. ■

¹ Veículo aéreo não-tripulado.

Referências

- Cook, J. (2012) “The full story behind the war against free speech in Israel’s universities.” *The Electronic Intifada*. Accessed on 10/27/2012 from <http://electronicintifada.net/content/full-story-behind-war-against-free-speech-israels-universities/11783>
- Cook, J. (2008) “Academic Freedom? Not for Arabs in Israel.” *CounterPunch*. Accessed on 8/11//2012 from <http://www.counterpunch.org/.../academic-freedom-not-for-arabs-in-israel/>
- Equeiq, A. (2012) “Epilogue.” *Omrin Yeshna Eretz – Hekayat Balad (Once upon a Land) / A Tour Guide*. Sedek. Zochrot: Tel-Aviv.
- Gordon, N. and Halper, J. (2008) “Where’s the academic outrage over the bombing of a university in Gaza?” *CounterPunch* from <http://www.counterpunch.org/2008/12/31/where-s-the-academic-outrage-over-the-bombing-of-a-university-in-gaza/>
- Hever, S. (2009) “The Economy of the Occupation – A Socioeconomic Bulletin.” Jerusalem: The Alternative Information Center. Accessed on 05/02/2010 from http://usacbi.files.wordpress.com/2009/11/economy_of_the_occupation_23-24.pdf
- Reinhart, T. (2004) “Academic Boycott: In Support of Paris VI.” *The Electronic Intifada*.

> O Teatro do Oprimido

Uma forma de sociologia pública?

Por José Soeiro, da Universidade de Coimbra, Portugal



Carla Luís - www.flickr.com/photos/iaoutravoz

O projeto “Estudantes por Empréstimo” (Students for Loan) ocupa o teatro de um fórum, maio de 2010, na Sala do Senado do Parlamento Português. Cerca de 200 estudantes vieram de todo o país para atuar soluções - legislativos e outros - para os seus problemas, realizado sob o olhar circunspecto do Rei D. Luís de Portugal. Foto de Carla Luís.

ação? Algumas pessoas aceitam o desafio e o fórum se desdobra.

> O Teatro do Oprimido **en-** **contra a Sociologia**

O Teatro-Fórum é a forma mais comum do *Teatro do Oprimido* (TO), um método político-teatral inventado pelo brasileiro Augusto Boal, e utilizado em muitos países como parte do trabalho social, político e educacional. Em Portugal, vários grupos comunitários adotaram-no para pensar sobre suas dificuldades e ensaiar as mudanças que gostariam de implementar. Seu ponto de partida é uma hipótese democrática radical: o teatro é “a capacidade que os seres humanos possuem – não os animais – de se observarem em ação” e é por isso que “todo mundo pode fazer teatro, até mesmo os atores!”¹. Com o teatro nós representamos a realidade em outro espaço – o estético – e assim nos tornamos agentes, decidindo a realidade que criamos. Simultaneamente, obtemos o privilégio de ser espectadores.

No TO, os *espect-atores* – um termo criado por Boal para nomear um participante tanto ator quanto espectador – são convidados a quebrar o muro que separa palco e plateia, aqueles que observam (espectadores) e aqueles que têm o monopólio da ação (atores). Essa divisão do trabalho convencional que confere a alguns o monopólio do pensamento, da ação ou da fala legítima é posta em questão, no teatro e além dele. Ninguém se limita ao seu papel so-

Lá estávamos nós no meio do Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, realizado na cidade do Porto, em junho de 2012, encenando um “teatro-fórum”, chamado *Estudantes por Empréstimo*, em oposição a “Empréstimos para Estudantes”, <http://estudantesporempréstimo.wordpress.com/>). Ele narra uma história concreta – um estudante que, não tendo nenhuma bolsa de estudos, foi forçado a realizar um empréstimo bancário a fim de prosseguir com seus estudos. A peça é um projeto do Teatro do Oprimido que vem funcionando por mais de dois anos, apresentado em dezenas de escolas e faculdades em Portugal, de norte a sul, com a participação de milhares de estudantes. Projetos de lei e

petições foram feitas a partir dele; debates e ações diretas foram inspirados por ele. Retratando os custos da educação, a peça dramatiza o acesso desigual ao ensino superior, os cortes no financiamento público e a disseminação de empréstimos bancários a estudantes, submetendo o seu futuro ao sistema financeiro.

Depois de assistir, reconhecer, identificar e rir, o público é solicitado a discutir o que aconteceu na representação teatral, o que a história expressa, e qual é a raiz do problema. O público é convidado e estimulado pelo facilitador, conhecido como o *coringa*, a subir no palco e ensaiar as possíveis soluções para o problema apresentado na peça: eles poderiam ter feito algo diferente naquela situ-



cial: a capacidade de representar outros papéis é prova da possibilidade de emancipação.

Foi por acidente que este Teatro-Fórum tenha sido parte de um congresso sociológico? Ou, ao contrário, é, na verdade, uma forma de intervenção e debate sociológico? Qual a relação entre o TO e a sociologia pública? O que cada um pode aprender com o outro, e quais as dificuldades que esse diálogo enfrenta?

Os ofícios da sociologia e do teatro são, de certo modo, uma produção simbólica da realidade e a produção de categorias de representação e compreensão. Em ambos os casos, eles fazem isso em contradição com outros atores – outras disciplinas, políticos, outras mídias – que oferecem formas concorrentes de representação do mundo social. Uma peça do Teatro-Fórum é uma narrativa sobre a realidade, um ponto de vista sobre ela. O Teatro-Fórum geralmente mostra as diferentes cenas da história como quadro referencial de interação. Um de seus desafios dramáticos é como tornar evidentes os elementos estruturais que estão presentes no que Erving Goffman chamou de “ordem da interação”. A Sociologia pode ajudar aqui.

A Sociologia desenvolveu um aparato significativo para representar, por meio de conceitos, elementos que não são imediatamente identificáveis em cada situação concreta, porque existem para além dela. Estes, com certeza, são úteis no trabalho de tornar visíveis, nas cenas teatrais, as propriedades sistêmicas que existem nas situações sociais, as estruturas que são frequentemente invisíveis. Em outro nível, a Sociologia tem estudado profundamente como as relações sociais são somatizadas através de práticas e disposições e como os papéis são um dos meios através dos quais o mundo social é incorporado. A Sociologia poderia desafiar o teatro a considerar como papéis, identidades, formas de ação, *hexis* corporais são estruturadas por relações sociais de poder. Por

último, mas não menos importante, a sociologia é usada para observar histórias e narrativas individuais não em sua singularidade irreduzível, mas nas relações que elas expressam. O que no TO é chamado de “*ascese*” – o processo pelo qual pluralizam-se narrativas individuais e vai-se “do fenômeno à lei” – é uma operação básica de raciocínio sociológico.

> Um instrumento ou um desafio para a Sociologia Pública?

Igualmente, o TO também pode ser um poderoso instrumento para a sociologia pública. Sendo uma linguagem humana mais completa, o teatro pode trazer a cada debate a complexidade do contexto, os mecanismos de interação, como o social está incorporado no corpo e no espaço. De forma imediata, vincula a discussão à experiência, o que Pierre Bourdieu chamou de “*senso prático*”, evitando um código abstrato que é frequentemente experimentado (e usado) como um meio de despossessão, especialmente para aqueles que não pertencem ao campo da sociologia. Porque o Teatro-Fórum está localizado no espaço intersticial entre o que existe e o que ainda não existe (e pode ser realizado por espectadores), ele nos convida a pensar sobre a realidade social de forma crítica, como uma possibilidade dentre outras. No TO, o oprimido abriga em si tanto a submissão quanto a rebelião; cada corpo é ao mesmo tempo o *locus* de dominação e de libertação; cada repetição é, ao mesmo tempo, um ato de reprodução e a possibilidade de um desvio.

Por último, o TO é interativo. Ele pode ser tanto “instrutivo e divertido”, para usar uma expressão de Brecht, e permitir que a sociologia pública atinja um público muito mais amplo. Para um público que não é imediatamente atraído para uma discussão sociológica ou um debate político, um convite para assistir a uma peça poderia ser mais emocionante do que ir a um debate formal ou uma aula. Esta,

pelo menos, foi a experiência que tivemos com o projeto de *Estudantes por Empréstimo*: sempre havia muito mais pessoas envolvidas do que em tentativas anteriores para promover as habituais “sessões informativas” sobre bolsas de estudo ou sobre a situação do ensino superior. O Teatro não era ornamental ou ilustrativo, mas era sedutor para os jovens que não estavam tão motivados por outras formas de debate.

É claro, nem tudo é fácil quando pensamos sobre o Teatro do Oprimido como meio possível de uma sociologia pública. A des-especialização é a própria raiz do TO. Isso é compatível com a sociologia, ainda se pensarmos nisso como “conhecimento comunicativo trocado entre sociólogos e seus públicos”, como descreve Burawoy? Se a sociologia pública se pretende mais do que uma forma de divulgação, no espaço público, dos resultados relevantes da “sociologia profissional” e das difíceis questões da “sociologia crítica”, como deveria lidar com o que Jacques Rancière chama de “escândalo permanente” da democracia, que é tomar a igualdade não como um objetivo, mas como um pressuposto? Em outras palavras, como pode a sociologia pública reivindicar a diferença de *status* entre o pensamento do sociólogo e do senso comum e, ao mesmo tempo, aceitar a premissa democrática (muito presente na TO) que todos nós temos o mesmo direito e legitimidade para falar sobre o mundo social? A sociologia pública pode rejeitar a ideia do sociólogo que ilumina os dominados com a ciência e preferir fazer uma jogada arriscada para uma construção coletiva negociada do conhecimento no espaço público, com o objetivo de tornar-se um novo senso comum, como Boaventura de Sousa Santos propõe? E isso pode ser feito sem se abdicar dos protocolos científicos e exigências da disciplina sociológica? Deveríamos, ao menos, tentar. ■

¹ Boal, A. (2002) *Games for Actors and Non-Actors*. London: Routledge.

> Precários, mas inflexíveis

A ascensão de um novo movimento social em Portugal

Por Dora Fonseca, Universidade de Coimbra, Portugal



Protestos do Proletariado inflexível.
O banner diz: "Só a luta derrotará precariedade, a austeridade não é solução."

Ferve significa *Fartos D'estes Recibos Verdes*. Ele pode ser traduzido como "fartos destes recibos verdes", em que "recibos verdes" refere-se ao "trabalho independente", status aplicado aos trabalhadores que não têm uma relação formal de subordinação ao empregador. Legalmente, esses trabalhadores são seus próprios patrões e, assim, assumem a responsabilidade por sua própria seguridade social e outros benefícios, mas, na verdade, eles são assalariados subordinados a seu empregador, sem acesso aos benefícios sociais aos quais deveriam ter direito. O PI foi construído a partir do *Ferve*, focando não apenas nos "recibos verdes", mas em uma variedade de formas de trabalho precário.

A criação e o desenvolvimento do PI seguem o que Sidney Tarrow definiu como os principais processos de movimentos sociais: primeiro, a criação de desafios coletivos; segundo, utilização de redes sociais, propósitos comuns e contextos culturais; e, em terceiro, a construção de solidariedade, através de estruturas associativas e identidades coletivas para sustentar a ação coletiva. A criação de uma reivindicação comum tem sido particularmente visível neste caso: concretizado por condenar o trabalho precário a despeito dos esforços vigentes para apresentar as frágeis

A crescente crise na zona do Euro tem favorecido inúmeras reações, tanto dos governos quanto da sociedade civil. Por seu lado, a sociedade civil tem demonstrado uma capacidade surpreendente de gerar novos atores coletivos, cujas ações são dirigidas às consequências negativas da globalização e das políticas neoliberais. Os últimos anos têm assistido a um ciclo de disputa em que a democracia, como tal, é questionada, chamando a atenção para questões intimamente relacionadas, em especial, a precariedade do trabalho. O desmantelamento do Estado de Bem-Estar e a reconstituição de suas metas tornaram-se preocupações comuns que estão favorecendo o surgimento

de novos atores coletivos e a transformação dos já existentes.

> Os "precários inflexíveis"

Os "Precários Inflexíveis" (PI) é um des-ses atores. O movimento apareceu pela primeira vez na capital, Lisboa, em 2007, com o objetivo de continuar o trabalho de mobilização iniciado no desfile bem sucedido do Primeiro de Maio. Criar o movimento "Precários Inflexíveis" foi uma forma de preencher o vazio que existia em movimentos sociais, ou seja, a discussão focada no trabalho precário e seus efeitos sociais. O PI surgiu de um pequeno coletivo chamado *Ferve*, que mobilizou contra o uso indevido do status de "trabalho independente".



relações contratuais como sendo mais livres, menos rígidas, e, portanto, mais coerentes com projetos de vida individualistas e carreiras profissionais. O PI segue as tendências das organizações autônomas, que diferem bastante dos partidos políticos convencionais e dos sindicatos.

O PI apresenta as mesmas características geralmente atribuídas aos novos movimentos sociais: forte democracia interna; lideranças difusas; flexibilidade; alto grau de informalidade; heterogeneidade de interesses; forte confiança nas ferramentas de ciberativismo, criatividade e inovação nas ações públicas, estrutura reticular, segmentada e multifacetada; interesse limitado em negociar com antagonistas; a solidariedade como um objetivo; e a busca pela participação e ação direta. No caso do PI, uma característica desempenhou um papel central, desde o início, a saber, a forte dependência das ferramentas do ciberativismo. O blog <http://www.precariosinflexiveis.org/> foi a primeira manifestação pública da existência do PI. Ele foi disponibilizado *online* logo após a sua criação e o primeiro post publicado foi o “Manifesto dos Precários”, em que os ativistas se definem como “seres precários em seus trabalhos e na vida”. Eles denunciaram a sua precariedade, que permeia vários setores da economia (especialmente o setor público administrado pelo Estado), bem como a sua “invisibilidade” no discurso político. Declararam sua intenção de “reinventar a luta”, sugerindo que os métodos tradicionais – utilizados pelos sindicatos – não são mais adequados a uma sociedade pós-moderna. Eles afirmam ser “precários, mas inflexíveis”, anunciando sua determinação em se opor às fortes tendências de precarização do trabalho e proletarianização.

As ações iniciais foram dirigidas principalmente a divulgar e condenar situações injustas e ilegais envolvendo trabalhadores precários que, por definição, desfrutam de formas mais frágeis de proteção social devido aos seus contratos de trabalho mais

flexíveis. Eles têm dificuldade em participar de organizações coletivas tradicionais de trabalhadores, tais como os sindicatos. Esta não é apenas uma questão de incapacidade do movimento sindical em lidar com novas formas de processo de trabalho, mas com o crescente preconceito e desconfiança do movimento contra as organizações formais e políticas institucionais.

Um dos objetivos principais é a construção de uma nova identidade: a do “trabalhador precário”. Esta é uma condição necessária para a mobilização eficaz contra a desregulamentação das relações de trabalho. Portanto, ao longo da existência do PI, o objetivo central tem sido o de promover a conscientização e aumentar a consciência entre os que trabalham em empregos com menos direitos ou até mesmo nenhum direito. Mediante a mobilização de novos significados relacionados com os efeitos destrutivos da precariedade do trabalho, o PI (em aliança com outros similares atores coletivos, nacionais e internacionais) criou um novo campo de disputa e conflito. Eles inicialmente lançaram uma série de medidas de caráter expressivo, mas que já evoluíram para níveis mais altos de instrumentalização e formalização, de modo que o PI agora é uma *associação formal*.

> A Lei de Ferro da Oligarquia?

Atualmente, os “precários inflexíveis” estão experimentando uma nova fase em seu “ciclo de vida”. Como uma associação de âmbito nacional, o PI agora está passando à formalização e à legalização. Essa mudança de uma organização informal para uma mais formal é considerada um passo lógico e uma condição *sine qua non* para o reconhecimento de sua legitimidade como uma organização com poderes representativos. Unidos de um estatuto jurídico, movendo-se para a arena eleitoral, com a esperança de falar em nome de seu eleitorado em um diálogo institucionalizado com outras organizações e poderes formais.

Apesar das novas possibilidades criadas por uma associação formal, há a preocupação de que a *lei de ferro da oligarquia*¹ produza efeitos e coloque em risco o seu caráter revolucionário, de forma que o PI se concentre mais em manter sua estrutura intacta do que perseguir seus objetivos primários. A passagem de protesto espontâneo para uma organização tem levado ao surgimento de uma estrutura burocrática, que transforma os objetivos do PI e enfraquece o seu ímpeto antagônico inicial. Mas, de acordo com alguns autores, tais como Alberto Melucci, a burocratização não é um resultado inevitável e irreversível e, acima de tudo, não necessariamente acompanha a modificação radical dos objetivos da organização. Essas possibilidades alternativas serão avaliadas nos próximos meses, com a reabertura da “temporada política”. Novos planos de austeridade para os países da Zona do Euro são esperados, assim como reações correspondentes de movimentos políticos radicais que rejeitam o *status quo*. Só então veremos os efeitos reais da formalização crescente desta extraordinária organização.

Por enquanto, os “precários inflexíveis” foram bem sucedidos em conter as tendências oligárquicas, conforme atestado no papel desempenhado nas mobilizações de 15 de setembro de 2012 (quando centenas de milhares de pessoas se aventuraram nas ruas, convocadas pelas redes informais, protestando contra a austeridade), ou nos protestos contra a aprovação do orçamento estatal de 2013 (em 31 de outubro de 2012, organizado em conjunto com a CGTP – a maior federação sindical em Portugal), ou até mesmo pelo esforço apresentado na mobilização para a greve geral convocada pelos sindicatos, ocorrida em 14 de novembro de 2012. ■

¹ Nota do tradutor: termo criado pelo sociólogo alemão Robert Michels.

> A sociologia em areia movediça

Relatório do VII Congresso Português de Sociologia

Por Maria Luísa Quaresma, Universidade do Porto, Portugal



O VII Congresso Português de Sociologia ocorreu na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, entre os dias 19 e 22 de junho de 2012. Ele foi organizado pela Associação Portuguesa de Sociologia (APS). Fundada em 1985, essa

associação defende o desenvolvimento, o reconhecimento e a divulgação da sociologia portuguesa, que a ditadura havia considerado uma "ciência inconveniente". A queda da ditadura, em 1974, e a nova era da democracia trouxe vitalidade à recém-criada APS. Desde o final da década

Membros entusiastas da nova geração, presentes no Congresso da Associação Sociológica Portuguesa em Porto, 19 a 22 de junho, 2012.



de 1980, temos organizado um congresso nacional a cada quatro anos reunindo a comunidade portuguesa de sociologia, como também abrindo as portas para o conhecimento científico internacional dos pesquisadores estrangeiros.

O tema do congresso – “Sociedade, Crises e Reconfigurações” – era mais do que apropriado para um período em que as perturbações econômicas e sociais fizeram com que a previsibilidade desse lugar à incerteza, a segurança desse lugar ao risco e a esperança desse lugar ao medo. Um programa com diversos formatos e temas atraiu mais de mil sociólogos, incluindo 669 expositores, de diferentes instituições. Apesar de 72% das instituições serem portuguesas, devemos mencionar que esse congresso reuniu uma alta porcentagem (19%) de sociólogos estrangeiros, especialmente do Brasil.

Em 19 de junho, ocorreu um encontro pré-congresso, ressaltando uma iniciativa inovadora voltada para jovens sociólogos. A ideia era organizar a discussão de questões que dizem respeito àqueles que agora estão começando um percurso profissional dentro da sociologia – a sua inclusão no mercado de trabalho ou as possibilidades de uma carreira fazendo pesquisa sociológica. Esse primeiro item do programa foi organizado

em torno da presença do Presidente da ISA, Michael Burawoy, e foi assistido por 180 jovens sociólogos. Na contramão do modelo convencional de conferências – comumente hierárquico e distante – a sessão “Conversa com Michael Burawoy”, começou meses antes, quando jovens sociólogos propuseram problemas e questões que eles gostariam que fossem abordados. Respondendo a eles, o professor Burawoy refletiu sobre a democratização do conhecimento científico, o monopólio da legitimidade científica dos grandes centros de produção acadêmica, as possibilidades de intervenção sociológica na esfera pública em um contexto de crise econômica e social, e vários outros temas.

Durante os três dias restantes de congresso, uma programação acadêmica eclética orientada pelas sessões plenárias sobre “Sociedade e Política”, “Sociedade, Democracia e Valores” e “Crises e perspectivas políticas”, envolveram proeminentes figuras públicas, bem como sociólogos portugueses conhecidos e respeitados em uma interação criativa com os espectadores. Esses painéis debateram temas que transcendem as fronteiras disciplinares, preparando o terreno para pontes entre a produção científica e a ação política e social. Especialistas estrangeiros e portugueses discutiram as consequências das políticas em áreas como

economia, trabalho e precariedade, educação e saúde, envelhecimento e segurança social, território e meio ambiente para a Europa Meridional. Por último, houve muitas sessões temáticas, as mais populares foram Organizações e Profissões, Sociologia da Educação, Arte, Cultura e Comunicação, Cidades, Campos e Territórios, e, finalmente, Globalização, Política e Cidadania

O programa científico foi complementado por um vasto programa cultural e de entretenimento que incluiu a exibição de curta-metragens, um fórum de teatro estudantil, concertos (de bandas conhecidas, mas também da Orquestra de Sem Tetos, um projeto do serviço educativo da Casa da Música), e feiras de livros. Os três dias culminaram em um jantar do Congresso, um momento especial de reencontros, afinidades sociológicas e afetividades. Assim, um grande fórum de debate e discussão científica foi concluído, deixando sua marca na sociedade portuguesa contemporânea, em que, cada vez mais, a sociologia é um campo vital de intervenção. A marca mais indelével, no entanto, esteve em nossas biografias individuais, atualizando e revitalizando a nossa paixão pela sociologia. ■

> A virada tripla da sociologia taiwanesa

Por Hsin-Huang Michael Hsiao, Diretor do Instituto de Sociologia, Academia Sínica e ex-Presidente da Associação Sociológica Taiwanesa

Retrospectivamente, a história da sociologia em Taiwan tem seu próprio caráter único. Ainda que Taiwan esteve sob o governo colonial japonês entre 1895 e 1945, não há, no século XX, um legado evidente ou uma herança da tradição japonesa de sociologia em Taiwan. Também não houve um claro transplante ou continuação da sociologia da República da China (1911-1945) para Taiwan, quando o Partido Nacionalista Chinês (KMT) tomou o controle de Taiwan dos japoneses depois da II Guerra Mundial. O nascimento da sociologia em Taiwan começou no início dos anos de 1960 quando ela foi profundamente influenciada pela sociologia americana, levando a uma relação de dependência entre 1960 e 1980. Em seguida, no início dos anos 1980, o “movimento de indigenização” na sociologia, junto com a psicologia e a antropologia, foi organizado como uma reação coletiva à superdependência do paradigma da ciência social dos EUA. O panorama intelectual da sociologia taiwanesa começou a mudar.

No início, um consenso de autocrítica foi forjado entre a segunda geração de sociólogos taiwaneses – cuja maioria foi de fato treinada na América – de que a sociologia carecia de pesquisa empírica sólida sobre Taiwan e que ela possuía pouca relevância para a realidade de Taiwan, apesar das tentativas de teorização da experiência taiwanesa. Essa segunda geração foi convocada a desenvolver uma sociologia “de raiz” com uma identidade taiwanesa embebida na cultura e na história. Logo, os sociólogos embarcariam num “movimento de liberalização”, ao perceberem que o regime autoritário do KMT era prejudicial para o desenvolvimento de uma sociologia saudável e independente. Eles exigiam que fosse estabelecida uma

sociedade democrática e livre em Taiwan. O “movimento de liberalização” tinha em vista tornar a sociologia útil no avanço da democratização política de Taiwan. Em resumo, desde 1980, a sociologia de Taiwan testemunhou uma experiência dual de “indigenização com liberalização” que não somente reformulou diretamente o caráter da sociologia taiwanesa, como também transformou indiretamente o curso do desenvolvimento da política e da sociedade do país.

“o desenvolvimento mais dinâmico e vibrante da sociologia ocorreu quando Taiwan viveu as mais profundas transformações”

Para ser mais específico, existiram três mudanças associadas ao movimento da “indigenização com liberalização” na sociologia de Taiwan nas últimas três décadas. A primeira foi a “mudança moderada” cujo objetivo era captar a realidade social e a transformação social. Uma mudança significativa foi o início e a consolidação da “Pesquisa da Mudança Social em Taiwan” a partir de 1984, que forneceu dados empíricos de alta qualidade para documentar os principais traços da sociedade taiwanesa. A outra foi publicar uma série de livros editados descrevendo e analisando problemas sociais significativos, encarando Taiwan como



uma sociedade em transição. Até agora, seis volumes foram produzidos em 1979, 1984, 1991, 2002, 2005 e 2010. Eles serviram como confiáveis livros de referência para os acadêmicos e para o público afim.

O segundo movimento da sociologia foi a “virada crítica” que se empenhou em temas públicos importantes. Um movimento crucial foi desafiar os tabus políticos sancionados pelo regime autoritário do KMT por meio do engajamento de três áreas de pesquisa proibidas anteriormente, nomeadamente, etnicidade e relações étnicas, classes sociais e clivagens de classes, gênero e desigualdade de gênero. Portanto, não é surpreendente que entre os 1.133 capítulos dos 160 volumes publicados de sociologia entre 1980 e 2011, classe social, mobilidade social, mudança estrutural e tópicos relacionados lideram (num total de 214 capítulos), seguidos por temas associados com etnicidade (131 capítulos) e em seguida temas focados em gênero (78 capítulos). Outro projeto de pesquisa dos maiores foi dedicado à documentação da ascensão e prática dos movimentos sociais emergentes e do ativismo social na sociedade civil. Até o momento, cinco livros importantes editados sobre movimentos sociais foram produzidos e amplamente empregados no campus bem são familiares nos círculos dos movimentos sociais. Eles foram publicados em 1989, 2000, 2006, 2010 e 2011.

A terceira mudança foi a “virada radical” que deu à sociologia um papel dentro da democratização política de Taiwan. Muitos sociólogos profissionais escreveram ativamente artigos em jornais e revistas populares, organizando ou comparecendo a seminários públicos e a conferências da imprensa para defender e promover a causa da democracia. Em suma, os sociólogos de Taiwan exerceram uma sociologia pública ou uma sociologia engajada nos movimentos pró-democracia desde os anos de 1980. Um grande número de sociólogos taiwaneses teve um papel ativo como intelectuais públicos e ativistas, diretamente envolvidos em iniciar, mobilizar e liderar várias frentes dentro dos movimentos pró-democracia.

A dialética da sociologia e da transformação social desde os anos 1980 mostra que o desenvolvimento mais dinâmico e vibrante da sociologia ocorreu quando Taiwan viveu as mais profundas transformações. As mudanças sociais e políticas levaram os sociólogos locais a desenvolverem uma afinidade orgânica com a realidade taiwanesa, estimulando-os a desafiar o governo autoritário através do engajamento em pesquisa sociológica crítica, e mesmo encorajando-os a participar nos movimentos pró-democracia. Ao fazer isso, a sociologia taiwanesa não somente tem sido um empreendimento liberalizador, mas também, por sua vez, ajudou a sociedade taiwanesa a se tornar mais democrática. ■

> Os apuros da sociologia em uma nação pequena: O caso de Taiwan

Por Su-Jen Huang, Universidade Nacional de Taipei, Taiwan.

Iniciada há menos de 60 anos com um punhado de sociólogos com quase nenhum treinamento de PhD, a sociologia em Taiwan vem se tornando nos últimos anos uma disciplina com cerca de 300 estudiosos de nível PhD. Ela atingiu um progresso significativo em pesquisa e vem frequentemente contribuindo nas deliberações da política pública. Ela tem feito grandes progressos que condizem com um país que rapidamente se transformou de uma sociedade agrária em uma potência industrial.

Há ainda um limite para a sociologia de Taiwan em seu empenho por uma sólida compreensão teórica e metodológica de sua própria sociedade, um limite imposto pelo reduzido tamanho de sua comunidade acadêmica que, por sua vez, é determinada pelo tamanho da população e pelo seu investimento acadêmico. Essa limitação se impõe frequentemente sobre outros pequenos países bem como sobre outras disciplinas da ciência social.

A sociologia de hoje, como qualquer outra disciplina acadêmica, está altamente especializada e é comumente dividida em certos números de subcampos, cada qual contendo, por sua vez, mais do que uma dúzia de temas de pesquisa. Uma disciplina assim especializada requer anos de treino teórico-metodológico e prática para realizar um estudo significativo sobre qualquer questão importante. Uma comunidade de uns meros trezentos sociólogos significa que muitos dos subcampos da sociologia em Taiwan são capazes de recrutar um bom punhado de pesquisadores e muitos fenômenos sociais importantes são simplesmente deixados de lado.

Como muitos aspectos da sociedade taiwanesa permanecem intocados pesquisa sociológica, nossa compreensão sociológica de Taiwan contém grandes e numerosos campos vazios. Esse déficit de conhecimento, por sua vez, impede gravemente nossas pesquisas. Sem o fornecimento adequado de estudos nativos para consultar e citar, nossa pesquisa e o nosso ensino estão sendo forçados a se basear mais no material de fora do que no material nativo. A situação local fica muitas vezes sujeita à especulação. Como consequência, uma fração significativa do nosso conhecimento da sociedade taiwanesa está, na verdade, baseada em suposições e não em sólidas pesquisas, e os leitores de relatórios acadêmicos o mais das vezes levam um bom tempo para distinguir entre trabalho sugerido e um conhecimento sólido.

“a sociologia em Taiwan é obrigada a ser em grande parte uma indústria de substituição de importação que produz estudos copiados”

Mesmo em subcampos que recebem atenção por parte de especialistas, o número de pesquisadores ativos possui geralmente um simples dígito. As publicações aparecem



esparsas e vagarosamente, muitas vezes com anos entre elas, quando não décadas. Mesmo em subcampos relativamente populares, demora anos para se ver um trabalho sendo citado ou comentado. Os diálogos produtivos entre colegas não passam de sonhos. A solidão acadêmica é um fato para muitos pesquisadores. Mesmo os mais experientes pesquisadores sentem-se frustrados pela falta de retorno e apreciação.

O que é pior é a escassez de colegas e de diálogo também significa falta de testes e correções na pesquisa. Em casos extremos, uma publicação ruim pode permanecer como o único material nacional sobre aquele tópico por uma década, fornecendo o status de conhecimento convencional pela ausência de outro, iludindo todas as pessoas sobre o caminho a seguir.

Quando muitos tópicos permanecem pouco estudados ou inclusive completamente mal compreendidos, até mesmo os temas mais amplamente estudados podem sofrer equívocos. A razão é simples. Ao fazer pesquisa, nós não construímos um quadro completo a partir de um rabisco. Ao invés disso, nós nos apoiamos normalmente em uma base de conhecimento que é coletivamente construída pela comunidade acadêmica e pelo senso comum da nossa sociedade. É contra esse *background* de um estoque comum de conhecimento que nós interpretamos nossos dados e chegamos às conclusões de nossa pesquisa. Quando o estoque comum de conhecimento sobre a nossa própria sociedade é muito incompleto e frequentemente duvidoso, mesmo o pesquisador mais cuidadoso corre o risco de interpretar erroneamente seus resultados. Em outras palavras, não importa quão bom seja o desenho de nossa pesquisa, a coleta de dados e a análise, um grave déficit de conhecimento básico sobre a nossa sociedade pode facilmente levar a uma interpretação falsa dos nossos achados de pesquisa.

Além do mais, a escassez de pesquisa local também retarda a emergência de conceitos originais e de teorias que são necessárias para analisar os aspectos mais distintos da nossa própria sociedade. Cada sociedade possui certas singularidades que não podem ser adequadamente compreendidas com conceitos ou teorias importadas de fora. Nesse tipo de situação não tão rara, além dos dados locais, um conceito ou teoria nativa é necessário para o entendimento completo de uma sociedade. No entanto, não há especialistas em número suficiente para desenvolver esses conceitos. Mesmo nos casos extremamente afortunados e raros nos quais um estudioso é capaz de vir com um bom conceito ou uma teoria original, haverá poucos colegas que podem apreciá-lo ou citá-lo. Em face da competição de conceitos importados e de teorias que são admiradas por centenas, quando não milhares de citações em publicações internacionais, as chances que um conceito original ou teoria podem carrear novos seguidores locais são muito pequenas. A despeito da chamada para conceitos ou teorias "autóctones", o fato é que não há um número suficiente de colegas, nem número suficiente de citação mútua, portanto, não há credibilidade suficiente no mercado acadêmico para tais conceitos ou teorias. Como consequência, a sociologia em Taiwan é obrigada a ser em grande parte uma indústria de substituição de importação que produz estudos copiados, colocando dados locais em modelos importados.

Então, o que podemos fazer, além de ser pessimistas? Considerando a relevância e o valor das ciências sociais em tantas políticas públicas e o tremendo custo social da política pública equivocada devido à ignorância, é nossa responsabilidade pressionar por investimentos em ciências sociais. Por outro lado, devemos reconhecer de forma honesta os limites da compreensão da nossa própria sociedade, sendo mais cuidadosos na construção de um conhecimento social mais amplo e sendo mais reflexivos na interpretação das pesquisas. ■

> Questões morais e liberdades individuais no Chile

Por Oriana Bernasconi, Universidade Alberto Hurtado, Santiago, Chile

“O que se considera uma moralidade comum não é apenas impreciso, como variável”

(Seyla Benhabib, 2004)

Nas últimas décadas, o Chile assistiu a reformas sociais nas áreas da saúde, educação, de pensões e no mercado de trabalho. Indubitavelmente, essas reformas contribuíram para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Porém, muito ainda necessita ser feito. Enormes desafios estão pendentes no que tange a temas como autonomia pessoal, equidade econômica, participação política e proteção contra discriminação. Uma democracia madura requer avanços em todas essas áreas, e as ciências sociais têm um papel a desempenhar através da produção de conhecimento capaz de ajudar a desembaraçar as disputas sociais ao, por exemplo, reduzir indiferenças, mal entendidos ou desconfianças.

No Chile as disputas sociais em que o elemento moral é central são chamadas “disputas de valor” (*disputas valóricas*). Debates públicos sobre o direito à eutanásia, lei do divórcio, a legalização do aborto, ou os direitos de minorias sexuais pertencem a essa categoria. Na sociedade chilena, a maioria dessas controvérsias públicas surgiu em torno da legislação. Uma vez que a discussão desses projetos de lei requer um debate sobre os direitos e deveres de membros de uma comunidade sobre alguma outra, o seu estudo pode nos dizer muito sobre a cultura moral de uma sociedade. Ele pode revelar, por exemplo, as ideias prevaletentes sobre o bom e o justo e sua distribuição social, as fontes das normas morais, e os procedimentos utilizados na deliberação moral.

Com a retomada da democracia, a sociedade chilena também começou a propor e discutir diferentes reformas orientadas para a ampliação de liberdades individuais e a redução da interferência pública sobre as vidas e decisões das pessoas. Se na maioria das sociedades europeias ocidentais o aborto inaugurou muitos desses debates morais e o tema da eutanásia apareceu em um momento subsequente, no Chile as reivindicações por reformas constitucionais desse tipo começaram no início da década de 1990, com a questão da educação sexual, seguida por um debate de nove anos sobre a lei de divórcios (aprovada somente em 2004) e, então, por seis diferentes iniciativas legais para regular a “morte com dignidade” e estabelecer o direito à eutanásia – uma discussão que atravessou os anos de 2000 a 2012. Os debates prosseguem atualmente em torno dos

direitos de minorias sexuais e da pílula contraceptiva do “dia seguinte”. Uma sociedade se envolve com esse tipo de disputa quando a abrangência de direitos individuais e a luta contra a discriminação tornam-se projetos políticos. Enquanto alguns chilenos celebram essas demandas como um sinal de maturidade moral, outros as deploram como sinal de uma permissividade perturbadora, ou decadência moral, e até mesmo de crise.

Eu reconstruí e analisei os regimes de justificação e crítica desenvolvidos na controvérsia desperta por iniciativas legais para regular a eutanásia e a “morte com dignidade” no Chile¹. Tratou-se de um debate legal e moral. Desenvolvimentos recentes na pesquisa biológica e biomédica criaram novas possibilidades de intervenção, manipulação, melhoria e término da vida humana, redefinindo seu próprio significado. Os casos de eutanásia, juntamente com a fertilização *in vitro*, clonagem ou barrigas de aluguel, nos mostra que continuam a existir controvérsias sócio-técnicas de estrutura e conteúdo similares, representando desafios morais.

A análise dessa controvérsia revelou uma divisão entre dois princípios morais: a autonomia do paciente e a natureza inviolável da vida. Aqueles que defendem o direito à eutanásia a vêem como um ato voluntário e positivo, demandado de um médico por um paciente com dores insuportáveis e irreversíveis. Aqueles que se opõem à proposta ampliam o escopo da ação para além do contexto médico, e incluem a eutanásia passiva ou o ato de deixar morrer pela omissão do tratamento necessário. Mas a discussão extrapolou o levantamento desses princípios para incluir o próprio relato das situações a serem reguladas pela lei: a natureza da morte e as noções de suicídio assistido, tratamento ordinário ou extraordinário, pacientes terminais ou cuidados paliativos estiveram todos sob debate. Assim, a controvérsia envolveu não apenas os valores que os cidadãos querem defender, mas também a construção sócio-política e o uso de fatos técnicos alegadamente discretos, e o entrelaçamento da moralidade e da ciência nesses tempos de “modernidade tardia”. ■

¹ Entrevistei membros do parlamento e bioeticistas envolvidos na controvérsia, estudei as propostas legais e sua discussão no parlamento e examinei a cobertura em artigos acadêmicos e jornais.

> Os limites das políticas ambientais no Chile¹

Por Alejandro Pelfini, Universidade Alberto Hurtado, Santiago, Chile, e FLACSO-Argentina



Protesto contra uma barragem de grande escala hidrelétrica na Patagônia, no Chile

Em 2011, o Chile conquistou repentinamente um lugar importante no noticiário mundial. A propagação de protestos estudantis contra um dos mais caros e desiguais sistemas de educação superior do planeta recebeu uma atenção inesperada. Mais abrangentemente, aquele ano marcou a difusão de movimentos sociais e a politização horizontal de cidadãos que haviam aceitado passivamente a consolidação do neoliberalismo, apesar dos vinte anos de recuperação democrática. As novas questões políticas foram

expressas não apenas em meio aos protestos estudantis, mas também em outros campos, para além das clivagens distributivas tradicionais. Os direitos e a autonomia de populações indígenas e a conservação de algumas “terras comuns”, consideradas uma herança ambiental, atraíram apoio e solidariedade de pessoas que não eram diretamente afetadas por tais questões.

Numerosos protestos se espalharam de comunidades locais para manifestações massivas na capital, Santiago, contra a represa de uma hidroelétrica



de grande porte (Hidro Aysén) em um dos mais antigos pontos da Patagônia Chilena, contra a instalação de centrais termelétricas, e contra a mineração de larga escala em geral. Um enorme movimento de cidadãos começou a questionar não apenas o rumo da política ambiental no país, mas também, mais amplamente, as políticas energéticas e suas ligações com um modelo de acumulação extrativista e profundamente insustentável. Nesse sentido, o Chile, visto como um dos primeiros e relativamente bem sucedidos experimentos neoliberais no mundo, revela-se repentinamente como um laboratório de modernização ecológica para sociedades semiperiféricas.

A elaboração de políticas ambientais no Chile não tem mais de dez anos, sendo possível afirmar que tiveram início após a crise do cultivo de salmão no Pacífico Meridional. É essencialmente reativa em sua natureza, agindo prioritariamente após o fato ocorrido: não contribui para a formação de uma agenda pública, mas avalia, atenua ou até justifica agendas pré-estabelecidas em torno de investimentos produtivos ou extrativistas. As políticas públicas servem para reproduzir e legitimar a extração de matéria prima, que é a atual base da riqueza relativa do

Chile. O salmão, a madeira e os minerais são os principais produtos exportados pelo Chile. Eles são o objeto da regulação ambiental, tendo esta três objetivos essenciais: a proteção do recurso (mas não do ecossistema circundante); o controle de conflitos socioambientais; e a salvaguarda dos interesses dos investidores e a segurança jurídica. Políticas ambientais focadas nesses recursos extraídos envolvem três atores fundamentais: o investidor (normalmente, uma corporação transnacional); o Estado, como um viabilizador que também autoriza um projeto de investimento; e especialistas (*think tanks* ou agências de avaliação de impacto ambiental), que proveem legitimidade científica para um dado projeto. Esses atores estão conectados por meio de fortes redes de relação: uma aliança entre elites dominando o campo das políticas ambientais, enquanto a sociedade civil e cidadãos ordinários são relegados ao papel de observadores.

Meu projeto visa analisar como essa rede se consolida em um discurso dominante (em grande parte, o discurso da Responsabilidade Social Corporativa), organizado em torno de um arranjo institucional privilegiado (Tratados Voluntários), e utilizando Avaliações de Impactos Ambientais para legitimar e repro-

duzir sua dominação no campo das políticas ambientais. Nesse contexto, ideais progressistas e democráticos como responsabilidade, transparência e participação foram reduzidos a um instrumento para a separação entre Estado, mercado e a sociedade civil, promovendo parcerias flexíveis e autorregulação. Um processo de aprendizado coletivo certamente começou, e alguma medida de democratização também ocorreu, mas na forma de um “processo vigiado de aprendizado”, sob a tutela de um fraco processo democrático. A questão que emerge é se as limitações se devem apenas à “mera” instrumentalização por uma coalizão corporativa de grupos da elite ou se são relacionadas aos ideais (responsabilidade, transparência e participação) em si mesmos que, em última análise, são menos progressistas e democráticos do que normalmente pressupomos. Uma cidadania mais sensível e ativa está trazendo, pelo menos, questões inovadoras para a esfera pública, conduzindo as políticas para além das instituições estabelecidas, em direção às ruas e aos meios de comunicação em massa. ■

¹ Este projeto é parte de um projeto mais amplo, chamado “Instituições formais e redes informais nas políticas públicas no Chile” (FONDECYT No. 1110428), coordenado por Patricio Miranda.

> Uma ocupação de migrantes no centro de Santiago do Chile

Por Carolina Stefoni, Universidade Alberto Hurtado, Santiago, Chile



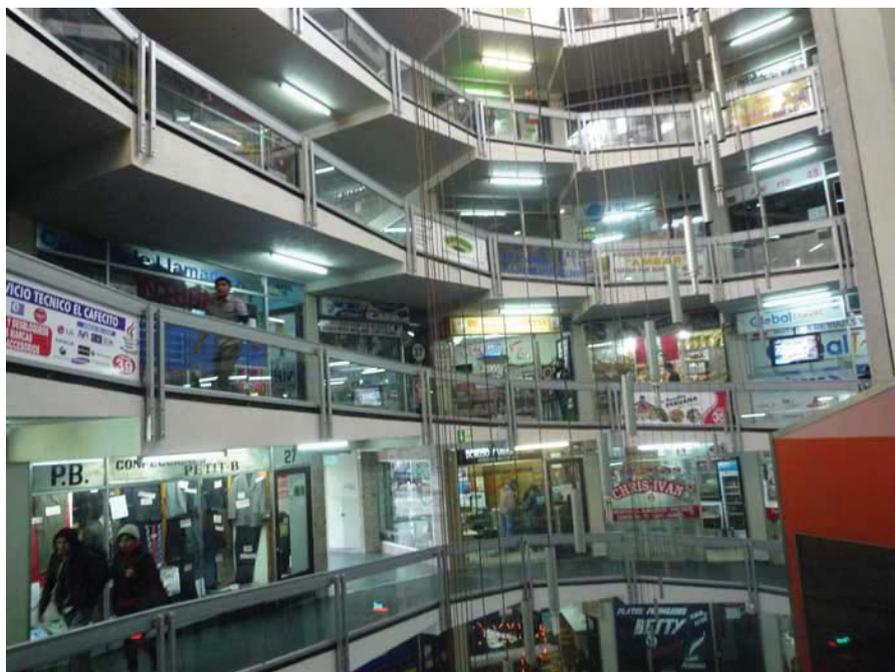
Uma mercearia servindo migrantes colombianos e peruanos no centro de Santiago, Chile.

No coração do centro cívico e histórico de Santiago do Chile, localiza-se o maior enclave de migrantes da cidade. A área reúne um número significativo de imigrantes de vários países latino-americanos, embora uma clara maioria seja de origem peruana. Esses imigrantes peruanos desenvolveram uma intensa atividade comercial, com foco em produtos para a população estrangeira, tais como utensílios de cozinha, comida pré-fabricada vendida como lanche de rua, locutórios, envio de encomendas e serviços de remessas..

Alguns dos fatores que estão por trás do desenvolvimento desse enclave são: a disponibilidade de casas antigas e lojas comerciais como resultado do contínuo processo de despovoamento do centro da cidade durante as décadas anteriores; uma concentração de imigrantes, precisamente por causa da disponibilidade de casas, que estão subdivididas em pequenos quartos alugados informalmente; o estabelecimento de companhias de importação que



Um shopping center de Santiago se transformou em um centro comercial e comunitário para migrantes de toda a América Latina.



fornecem produtos de origem peruana, tornando-os disponíveis a vendedores que estão começando nessa área; e dois processos de anistia concedidos durante governos de *Consertación* (uma coalizão política de centro-esquerda), que permitiram a regularização de imigrantes e facilitaram sua subsequente incorporação no mercado formal.

Eu gostaria de ressaltar três aspectos centrais desse enclave. Primeiro, no trabalho e no comércio desses imigrantes, práticas formais e informais se confundem frequentemente. Enquanto o governo municipal busca acabar com o comércio da rua, muitas lojas formais ainda mantêm práticas informais, tais como vender nas ruas, trabalhar sem contrato ou vender produtos para os quais não há autorização. Essas práticas são meramente estratégias para aumentar o lucro dos vendedores envolvidos num mercado com um alto nível de competição interna e, portanto, um baixo nível de retorno econômico.

O segundo aspecto interessante a notar é que o enclave age como um ponto de referência geográfico para a construção da identidade da comunidade migrante. Esse espaço é famoso entre os imigrantes que vivem

em Santiago – pelo resto dos habitantes da cidade e pelas pessoas que vivem nos países de origem dos imigrantes – como um lugar de encontro para todos aqueles que partilham a mesma condição de estrangeiro.

O terceiro elemento está relacionado à posição geográfica desse enclave dentro da cidade, e como ela afeta as formas e significados que o enclave assume. O fato de ele estar localizado no centro cívico e histórico de Santiago significa que os migrantes estabelecem toda espécie de relações sociais com os outros habitantes da área, sejam eles trabalhadores de escritórios, turistas, funcionários públicos ou trabalhadores em geral. O tipo de relações sociais que eles estabelecem ajuda a moldar o caráter, os significados e as fronteiras que dão substrato ao enclave.

De fato, o modo dos migrantes habitarem um lugar geograficamente limitado dentro do centro da cidade gera significados e representações que estão em frequente tensão com outras narrativas da cidade. Aqui é possível assinalar dois exemplos. O primeiro é a ideia de que essa parte da cidade é civicamente importante, pois ela abriga os poderes Executivo e Judiciário, a saber, o Palácio do Gov-

erno, o Departamento de Justiça e numerosos escritórios ministeriais. Foi aqui que a cidade foi fundada e onde a Declaração da Independência foi assinada. Dessa maneira, esse forte significado histórico e democrático está em tensão com a ideia de um lugar de e para estrangeiros.

Segundo, o enclave coloca em questão a ideia de uma cidade global, uma forma mais moderna de representar Santiago, recentemente proclamada pela prefeitura. Isso inclui campanhas que promovem a ideia de uma cidade limpa, segura e ordeira, com uma série de políticas orientadas para recuperar o espaço urbano no centro histórico que, por décadas, foi passando por crescente despoamento e abandono. Um enclave de imigrantes não está de acordo com a ideia de uma cidade global ou um centro de comércio internacional, ideia que a cidade pretende promover nestes últimos anos.

A presença de imigrantes e o uso que fazem do espaço – além de outros fatores – geram disputas no espaço público, disputas que, por sua vez, contribuem para o caráter do enclave. ■

> O desafio da internacionalização da sociologia

Por Eloísa Martín, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, e Editora da *Current Sociology*

Atualmente, nas instituições de ensino superior de todo o mundo, uma demanda comum é ouvida: internacionalização. Em meio a vários esforços para conseguir isso, um, em particular, está no topo da lista: publicar em revistas acadêmicas de grande repercussão. Ao longo dos últimos 30 anos, esta tarefa tem sido identificada e declarada como um dos requisitos fundamentais das ciências em geral, e particularmente das ciências sociais. Ao mesmo tempo, publicar em revistas internacionais significa publicar em *inglês*. O alcance de revistas em espanhol, francês, árabe ou alemão está limitado a certas comunidades linguísticas que, embora transnacionais, não conseguiram ganhar status internacional. A predominância do inglês como um idioma acadêmico, global e privilegiado reforçou essa tendência.

No entanto, muitas das publicações que são consideradas “internacionais” – porque estão classificadas nas primeiras posições dos indexadores, têm alta repercussão e são editadas em inglês – na verdade, *não são internacionais*. Como Tom Dwyer observou na Conferência de Associações Nacionais da ISA ¹, em 2009, o fato de uma revista ser publicada em inglês não implica, mesmo logicamente, que essa revista será *internacional*. Por definição, as revistas de associações nacionais de sociologia da América do Norte ou da Europa Ocidental estão preocupadas com o desenvolvimento de programas de pesquisa nacionais, e isso não é necessariamente uma desvantagem. O problema é que as universidades não dominantes e as agências financiadoras consideram essas revistas “internacionais” e exigem publicações *justamente nelas*. Isso se torna um dilema para aqueles que trabalham fora do “*mainstream*” acadêmico, especialmente aqueles cuja língua materna não é o inglês. Como resultado, para a maioria dos sociólogos em todo o mundo, a demanda por publicar internacionalmente os coloca em um difícil dilema.

Em face desta demanda por uma falsa “internacionalização”, que não é pequena, mas em muitos casos modela as perspectivas do campo e até mesmo a possibilidade do trabalho em si, há três possíveis reações. A primeira

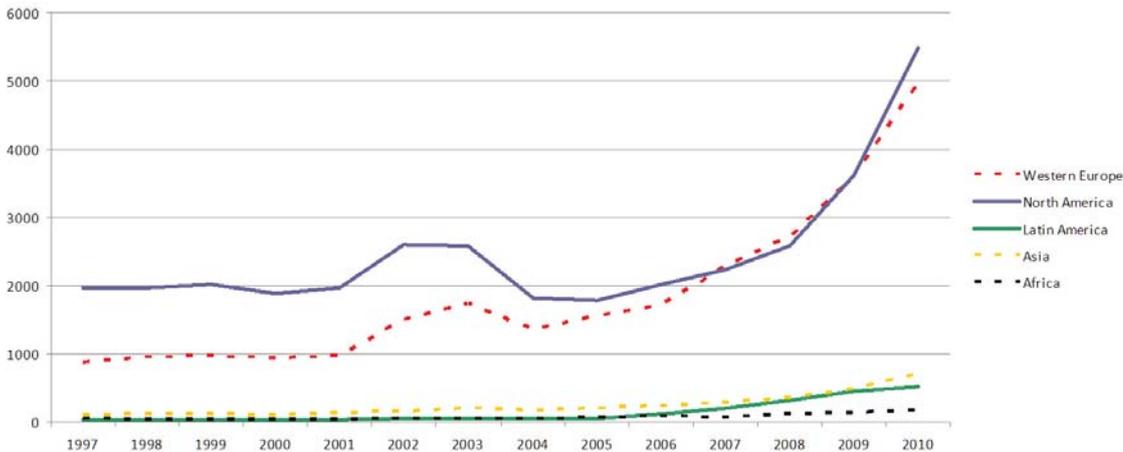
é um hiper-localismo, seja no nível nacional ou regional, que rejeita a demanda de publicar internacionalmente – por vezes, através de uma crítica sofisticada do sistema de indexação e das medições de impacto das publicações e, às vezes, simplesmente como uma reação defensiva e culturalista – e se concentra, como alternativa, em publicações para um público interno. A vantagem de enfatizar hiper-particularidades é que isso pode ajudar a aprofundar a pesquisa sobre determinados assuntos, resultando em análises ricas e detalhadas. Mas a impossibilidade de entrar em diálogo com outras perspectivas e a relevância limitada para uma discussão mais ampla reduzem significativamente o alcance e a importância teórica potencial dessas contribuições.

Uma segunda reação aceita a necessidade urgente de publicar internacionalmente e transforma isso na meta prioritária. A fim de atingir a meta, sociologias não dominantes absorvem as perguntas, as teorias e as metodologias das escolas dominantes e imitam os estilos de escrita que são defendidos. Paradoxalmente, os sociólogos não dominantes nem sempre conseguem atingir seu objetivo, talvez porque não escapam da armadilha da imitação. Escrevem textos que parecem perfeitamente acadêmicos, mas são incapazes de manter a relevância e a originalidade. Talvez o esforço para encaixar análise locais em formatos teóricos ou estilísticos do *mainstream* torna-se um leito de Procusto.

Uma terceira alternativa, não menos problemática ou difícil de alcançar, é a do diálogo. Autores, instituições e revistas que reconhecem a existência da especificidade local em questões acadêmicas, debates teóricos e estilos de escrita, e, ao mesmo tempo, veem a publicação internacional como uma porta não só para as sociologias nacionais crescerem e se desenvolverem, mas também como uma maneira de participar na construção da sociologia como um projeto que é ao mesmo tempo global e coletivo. Essa é a esperança das publicações da Associação Internacional de Sociologia e da *Current Sociology*.

Distribuição de artigos em revistas de ciência social bem avaliadas, por filiação regional do autor.

Fonte: SCOPUS



O Relatório sobre a Ciência Social Mundial (UNESCO, 2010: 153) observou que a internacionalização das publicações favorece as regiões dominantes: Europa e Estados Unidos. Na realidade, mais de 80% dos periódicos acadêmicos em ciências sociais são publicados em inglês, e dois terços das publicações mais influentes no campo são publicados em apenas quatro países: Estados Unidos, Inglaterra, Holanda e Alemanha. Enquanto isso, Oceania, América Latina e África contribuem cada uma com menos de 5% dos artigos em todo o mundo (UNESCO, 2010: 143-4).

Se observarmos as revistas classificadas nas primeiras posições no SCOPUS,² podemos ver que a maioria dos autores que elas publicam são afiliados a instituições na Europa Ocidental e na América do Norte e que os autores asiáticos e latino-americanos têm uma presença limitada (embora crescente, no caso dos últimos) e que os autores de universidades africanas estão quase completamente ausentes.

A *Current Sociology* não está imune a essa tendência. De 1999 a 2009,³ pouco mais de 72% dos artigos publicados eram de autores filiados a universidades europeias ou norte-americanas. De forma semelhante a outros periódicos do *mainstream*, os autores asiáticos e australianos compuseram 8,1% e 5,3%, respectivamente. Em termos de filiações acadêmicas, mais da metade dos autores publicados na revista vieram de apenas cinco países: Grã-Bretanha, Estados Unidos, Canadá, Alemanha e Austrália.

Mas é interessante notar que a *Current Sociology* publicou 6% de autores latino-americanos, 3,2% de autores af-

ricanos e 2% de autores do Oriente Médio. Ainda estamos longe de reverter as tendências observadas pela UNESCO, mas, ao mesmo tempo, posso afirmar com algum orgulho que a *Current Sociology* abriu as portas para outros autores e outras escolas, estabelecendo-se como uma revista claramente internacional que trabalha duro para ser cada vez mais plural no seu conteúdo e na diversidade geográfica de seus autores.

Desde sua criação, em 1952, a *Current Sociology* tem trabalhado continuamente para este fim. Ela aceita propostas de artigos em qualquer idioma – uma prática compartilhada pela *International Sociology*. E é aberta para publicar novos temas, propostas teóricas e metodológicas fora do *mainstream* e estilos alternativos de escrita. Particularmente, a revista é definida por seu compromisso com o diálogo, o que lhe permite transmitir análises locais para uma audiência internacional. É claro que, nesse processo, alguma especificidade local será perdida, mas não necessariamente a sofisticação da análise. E a possibilidade de debater com colegas de todo o mundo é algo que pode enriquecer tanto os autores quanto a comunidade de leitores da *Current Sociology*. ■

¹ Os comentários de Dwyer podem ser vistos no vídeo “Os desafios para uma Sociologia Global” em <http://www.youtube.com/watch?v=QA5GaEPOcZI>.

² Eu gostaria de agradecer a Matías López, assistente editorial da *Current Sociology*, que coletou os dados para este gráfico e o criou.

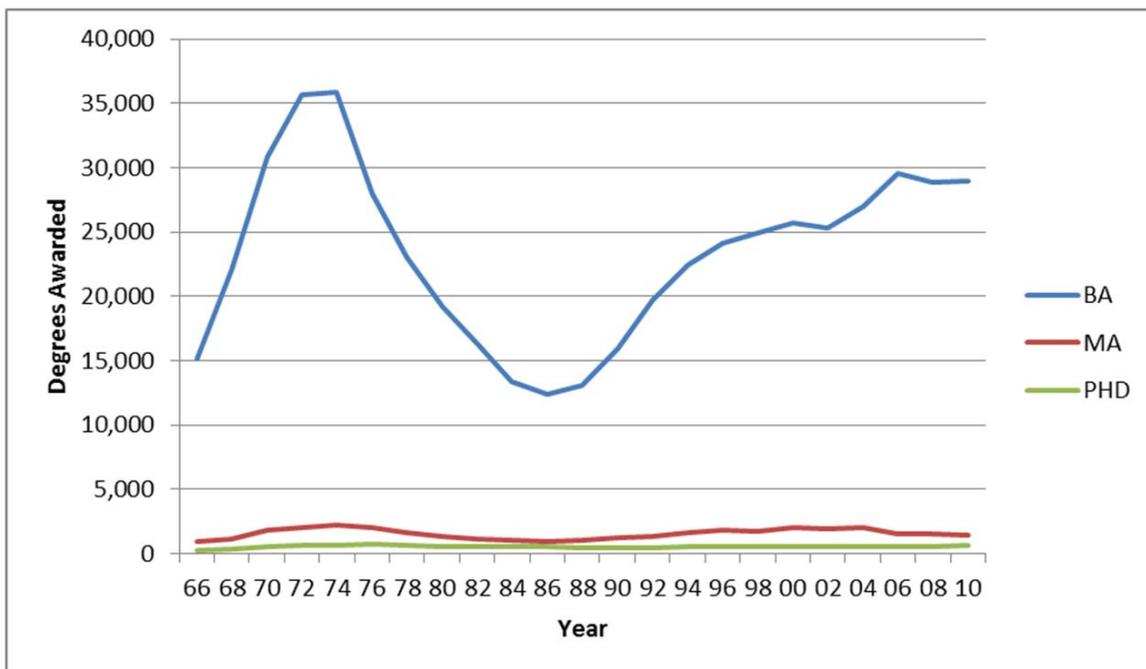
³ More details and additional information from this survey of *Current Sociology* can be found in Eloísa Martín (2012) “Making Sociology Current through International Publication: A Collective Task.” *Current Sociology* 60(6): 832-7.

> A sociologia estadunidense está em declínio?

Por Bronwen Lichtenstein, Universidade do Alabama, Tuscaloosa, EUA, e Presidente do Comitê de Pesquisa 49 (Sociologia da Saúde Mental)

Diplomados em sociologia por nível de diploma nos EUA, 1966-2010.

Fonte: ASA, *Research on Sociology* 2012.



Qual é o estado da sociologia nos Estados Unidos? Em 1994, quando eu migrei da Nova Zelândia para o Alabama, EUA, ouvi dizer que a sociologia estava em declínio. O Programa de PhD em sociologia da Universidade do Alabama havia acabado de ser abolido porque os membros do corpo docente haviam brigado entre eles e a administração tomou a resolução de fechá-lo. Uma matéria secundária de sociologia foi incorporada no Departamento de Justiça Criminal, onde eu estou atualmente empregado. Desde então, discussões sobre a reconstituição do departamento de sociologia não levaram a lugar nenhum e a matéria secundária sofre de oferta insuficiente de cursos para manter a sua viabilidade ou estimular o seu crescimento. Da minha

parte, o panorama dos Estados Unidos não é favorável.

Eu não considerava o que ocorria em uma esfera sociológica mais ampla até ler uma frase do livro *The Fall of the Faculty: The Rise of the All-Administrative University and Why It Matters*, de Benjamin Ginsberg (2011): "Precisamente essa fatalidade [fechamento] se abateu sobre uma série de programas de sociologia academicamente bem vistos no país nos últimos anos, bem como o interesse dos alunos no campo quase desapareceu" (104).

A reivindicação mais ampla de Ginsberg sobre o falecimento da sociologia me levou a consultar o website da American Sociological Association (ASA) para obter infor-



mações das tendências disciplinares nas faculdade e universidades estadunidenses. O gráfico indica que o número de bacharelados e mestrados praticamente dobrou entre 1990 e 2004. Uma atualização da ASA para os anos de 2001 a 2007 mostrou um contínuo crescimento na maioria das faculdades e universidades (Spalter-Roth, 2008). O número de departamentos de sociologia independentes também cresceu, talvez em resposta a uma população estudantil em expansão.

A ASA relatou três alertas para essa recuperação. Primeiro, os títulos de doutor não acompanharam essa tendência ascendente, e até mesmo declinaram no início da década de 2000 antes de acenar uma modesta recuperação. Segundo, concentrações na área de justiça criminal ganharam espaço às custas da sociologia tradicional. Terceiro, poucos docentes em situação de titularização condicional vêm sendo contratados para ensinar esses alunos. Ao invés disso, instrutores em tempo parcial e integral vêm sendo empregados, já que as universidades buscam conter os gastos e aumentar os lucros, uma tendência nacional que afeta também outras disciplinas (Wilson, 2010).

O cenário modestamente otimista dos relatórios da ASA pode ser contextualizado no interior de tendências mais gerais da sociologia estadunidense. O cálculo indica que a década de 1970 foi o auge para a disciplina e para os departamentos de sociologia, e programas foram criados ou expandidos nacionalmente. Contudo, na década de 1980 a sociologia pareceu cair de um penhasco, com matrículas e títulos declinantes de forma tão precipitada que muitos autores previram o fim da sociologia (Summers, 2003). Dunlap e Catton (1994: 11) atribuíram a estagnação da década de 1980 ao fundamentalismo ressurgente de livre mercado e, de forma correlata, aos “severos ataques” da administração de Reagan às ciências sociais, o que levou ao declínio do interesse estudantil na sociologia. O declínio foi tão abrupto que a sociologia ainda tem que se recuperar totalmente ou mesmo acompanhar o ritmo do crescimento da população nos Estados Unidos.

Ginsberg talvez esteja certo sobre a falta de interesse na sociologia, mas eu suspeito que algo mais está em jogo aqui – estudantes vêm sendo encorajados a se matricular em áreas de especialização que lhes fornecerão empregos em um contexto de recuperação incerta. Mais uma vez, há uma tendência geral em direção às graduações profissionais ao

invés das acadêmicas, talvez por ideologias econômicas ao invés de ideológicas. A primeira questão que qualquer estudante me pergunta sobre uma carreira na sociologia é “Mas o que eu faço com isso?”. Eu geralmente digo: “Muita coisa”, e explico por que a graduação em sociologia é útil. Mas, dado a minha própria experiência docente em um programa de sociologia cuja viabilidade é duvidosa, eu preciso pensar.

Há alguns anos atrás eu apliquei um *survey* em 1.000 estudantes de graduação em Justiça Criminal e Sociologia, perguntando se uma especialização em sociologia deveria ser oferecida na universidade ou não. Talvez a falta de interesse não seja tanto por parte dos alunos como é por parte dos pais e outras pessoas que acreditam que uma graduação em negócios, engenharia, enfermagem ou docência é mais valiosa e leva a empregos mais bem pagos. De qualquer maneira, em 2012 a sociologia ainda é viável. Talvez nós nunca alcançaremos o número de matrículas feitas em graduações profissionalizantes, mas a sociologia tradicional possui lugar no pensamento crítico, na análise social e na formação de cidadãos bem escolarizados e, portanto, com possibilidades de conseguir empregos. Estou esperançoso de que as tendências na sociologia mudarão o nosso caminho, uma vez que a valorização da formação acadêmica sobre as competências estritamente utilitárias reaparece na sociedade dos EUA. ■

Referências

- American Sociological Association (2012) “Research on Sociology: Sociology Degrees Awarded by Degree Level 1966-2010.” Retrieved November 29, 2012 (http://www.asanet.org/research/stats/degrees/degrees_level.cfm).
- Dunlap, R. E. and Catton, W. R. Jr. (1994) “Struggling with Human Exemptionalism: The Rise, Decline and Revitalization of Environmental Sociology.” *The American Sociologist* 25(1): 5-30.
- Ginsberg, B. (2011) *The Fall of the Faculty: The Rise of the All-Administrative University and Why It Matters*. New York, Oxford University Press.
- Spalter-Roth, R. (2008) “What Is Happening In Your Department? A Comparison of Findings from the 2001 and the 2007 Department Surveys.” Washington, DC: American Sociological Association. Retrieved December 10, 2012 (<http://www.asanet.org/images/research/docs/pdf/Whats%20Happening%20in%20Your%20Dept.pdf>).
- Summers, J. H. (2003) “The End of Sociology?” *Boston Review* 28(6). Retrieved December 10, 2012 (<http://bostonreview.net/BR28.6/contents.html>).
- Wilson, R. (2010) “Tenure, RIP: What the Vanishing Status Means for the Future of Education.” *The Chronicle of Higher Education*. Retrieved December 10, 2012 (<http://chronicle.com/article/Tenure-RIP/66114/>).

> Os Bálcãs além da Balcanização

Por Svetla Koleva, Instituto para o Estudo de Sociedades e Conhecimento, Sófia, Bulgária e presidente da Associação de Sociologia da Bulgária



Abertura da Segunda Conferência Anual Fórum Sociológico dos Bálcãs na Aula Magna da Sofia University St. Kliment Ohridski, 9 de novembro, 2012. Foto por Hassan Berber.

Em bora por mais de um século os Bálcãs tenham sido principalmente sinônimo de um tipo de fragmentação regional que gerou o termo “balcanização”, a Segunda Conferência Anual do Fórum de Sociologia dos Bálcãs (Sofia, 9 e 10 de novembro de 2012) mostrou que este tipo de história está claramente no passado para os sociólogos da região. O Fórum de Sociologia dos Bálcãs foi criado em novembro de 2011, em Tirana, graças aos esforços de sociólogos albaneses, especialmente de Leke Sokoli, e com a participação

e o apoio de colegas da Macedônia, Bulgária e Eslovênia. Esta é a primeira concretização institucional da ideia de construir uma associação de sociólogos dos Bálcãs – uma ideia sugerida pela primeira vez no início dos anos 1990 pelo então presidente da Associação de Sociologia da Bulgária, Peter-Emil Mitev, mas que permaneceu por muito tempo não realizada devido à guerra na antiga Iugoslávia. Tendo entendido as lições da história e se tornado conscientes da necessidade inevitável de trabalhar juntos, a fim de superar suas deficiências e melhorar suas distintas van-



tagens, sociólogos do Balcãs criaram sua própria organização comprometida em promover conhecimento mútuo e ação conjunta em atividades sociológicas regionais e internacionais. Eles se reuniram em Sófia para estabelecer diálogo e compreensão mútuos, para aprender mais sobre seus vizinhos próximos, e para tornar o desconhecido mais familiar.

É claro que, após a queda do muro de Berlin, houve múltiplos encontros entre sociólogos dos Balcãs e pesquisadores de ciências sociais em vários países, sobre vários tópicos. O que foi específico do encontro em Sófia, em novembro de 2012, foi o tema – os Balcãs como um desafio social e cognitivo à sociologia.

Como devemos caracterizar nossos vizinhos dos Balcãs como atores econômicos e políticos, como sociedades estratificadas e comunidades unidas, como estruturas educacionais e culturais, como formas de convivência e de reconhecer o outro? Como o passado impacta o presente em cada país e nas relações entre países? Que parte da experiência contemporânea de cada país pode ser útil para seus vizinhos, de modo que a nossa presença na Europa unida e no mundo possa ser construtiva, mutualmente enriquecedora e estimulante? Como parceiros e competidores, desempenhando um papel não hegemônico na área de pesquisa internacional, como nós vamos manter nossas tradições sociológicas nacionais, permanecer cientes da importância dos problemas locais e observar os critérios científicos para a validade do conhecimento, quando somos confrontados com o imperativo da aplicabilidade imediata deste conhecimento? Em suma, como nós podemos, vivendo nos Balcãs, fazer sociologia e produzir um conhecimento válido e universal ao mesmo tempo em que evitamos uma ótica balcanizada e a auto-balcanização?

Essas questões guiaram as discussões em seis sessões temáticas e cinco painéis temáticos, envolvendo mais de uma centena de sociólogos dos países balcânicos (Albânia,

Bugária, Grécia, Kosovo, Macedônia, Romênia), mas também da Europa ocidental e América do norte (Canadá, Finlândia, França, Bélgica). Assim, o diálogo não ficou limitado a pesquisadores que vivem em meio à realidade dos Balcãs e que experimentam as tendências contraditórias do desenvolvimento nesta região. Colegas provenientes de países mais ou menos distantes dos Balcãs também participaram.

Além disso, a Conferência balcânica em Sofia confirmou um padrão bem conhecido pela sociologia. Instituições podem criar as condições necessárias para a realização pessoal de indivíduos e grupos somente se elas forem habitadas por pessoas com uma clara visão da vocação e missão da instituição. Por outro lado, indivíduos podem ser uma força motriz de instituições somente se estas reconhecerem os esforços individuais e dos grupos para o desenvolvimento significativo desta atividade institucional. Embora o desejo de cooperação e diálogo tenha sido o principal motor da conferência de Sófia, sua realização não teria sido possível sem o apoio moral e financeiro da ISA e dos esforços conjuntos do Fórum de Sociologia dos Balcãs (BSF), da Associação de Sociologia da Bulgária, do Instituto para o Estudo de Sociedades e Conhecimento da Academia Búlgara de Ciências, da Universidade de Sófia e do Instituto Francês na Bulgária

À cooperação sociológica balcânica foi dada uma forma institucional em Tirana em 2011, para que um diálogo substancial que transcendesse os limites dos Balcãs pudesse acontecer em Sófia um ano depois. O diálogo será ainda reforçado na Macedônia na 3ª Conferência Anual da BSF no outono de 2013; e a cada ano sucessivo uma das distintas associações nacionais de sociologia nos Balcãs irá sediar novas reuniões. Que outros formatos sociológicos promissores poderia haver para o diálogo como “ponte e porta” (para usar uma metáfora bem conhecida de Simmel) –, diálogo que cria perspectivas voltadas para o exterior, nos leva para fora de nossos próprios mundos separados e constrói pontes pra os mundos dos outros? ■

> Interdisciplinaridade: Conferência da Sociedade Filipina de Sociologia

Por Clarence M. Batan, Universidade de Santo Tomás, Manila, Filipinas, e Editor de Pesquisa da RC34 (Sociologia da Juventude)



Uma oportunidade para foto depois do primeiro plenário do congresso da Philippine Sociological Society's na Universidade Ateneo de Manila, 19 de outubro, 2012. À esquerda, Clarence Batan (Tesoureira da PSS), Emma Porio (Membro do Comitê Executivo da ISA), Michael Burawoy (Presidente da ISA), Filomin Candaliza (Vice-Presidente da PSS), Leslie Lopez (Secretária da PSS), Filomeno Aguilar (Presidente da PSS), Gelia Castillo (Cientista) e Stella Go (Membro da PSS).

Nos dias 19 e 20 de outubro passado, sociólogos, profissionais e estudantes das Filipinas e de outros países vizinhos se reuniram para a Conferência Nacional de 2012 da Sociedade Filipina de Sociologia (PSS) na Universidade Ateneo de Manila (ADMU), em Cidade Quezón. Quase 100 participantes de diversas universidades e de algumas ONGs e organizações privadas das Filipinas e de



outros países participaram de uma troca de ideias sobre o tema *Sociologia e Interdisciplinaridade: uma conclusão já estabelecida?*

Fundada em 1952, a PSS é uma organização profissional que sobreviveu seis décadas com a participação ativa de cientistas sociais locais e estrangeiros. Essa conferência tornou-se uma ocasião para examinar o estatuto disciplinar da sociologia. O Dr. Filomeno V. Aguilar, Presidente da PSS, apropriadamente resumiu o debate central em seu discurso de abertura: “Alguns argumentam que a sociologia deve afirmar o seu núcleo como uma disciplina acadêmica e manter seus limites profissionais; porém, outros argumentam que as complexidades da nossa vida cotidiana, permeada por forças locais e globais, não podem ser plenamente compreendidas se não utilizarmos as perspectivas e as ferramentas analíticas de outras disciplinas”. Sua síntese estabeleceu a base para dois dias de intensa discussão, debate e discurso.

Michael Burawoy, Presidente da Associação Internacional de Sociologia (ISA), fez o discurso programático, sob o título *Interdisciplinaridade: a Promessa e o Perigo*. Surpreendendo os participantes da conferência com sua postura simples e sem cerimônias, o Dr. Burawoy ofereceu ideias preliminares sobre como pensar criticamente sobre a interdisciplinaridade para a sociologia. Suas ideias geraram pontos de discussão que fluíram em três plenárias e quatro sessões paralelas, envolvendo 35 apresentações de trabalhos.

Destaques semelhantes da conferência foram a plenária com autores de livros, Dr. Erik Akpedonu, Dr. Czarina Saloma-Akpedonu e Dr. Filomeno V. Aguilar; a sessão sobre as narrativas de sociólogos históricos e historiadores sociais; o colóquio de estudantes; o fórum com o famoso e respeitado sociólogo, Pe. John J. Carroll, SJ, que discutiu sua vida de “sacerdote / sociólogo” como um oxímoro; e o lançamento da 60ª edição da revista *Philippine Sociological Review*, sob a liderança editorial do Dr. Filomin Gue-tierrez-Candaliza e Dra. Maria Andrea M. Soco. Exposições de livros, comida suntuosa e programas criativos também foram organizados sob a liderança da Dra. Emma E. Porio, Presidente do Departamento de Sociologia e Antropologia Social da ADMU, e Leslie A. Lopez, Secretária do Conselho da PSS.

A conferência da PSS deste ano não só proporcionou uma ocasião para sociólogos filipinos encontrarem novos e antigos colegas, como também afirmou o papel da sociologia na criação de relações mais significativas, relevantes e pragmáticas com outras ciências, sociais e naturais. Com problemas globais dando origem a novos tipos de conflito, confronto e transformação, o envolvimento com colegas sociólogos de todo o mundo em torno das questões enraizadas nas realidades sociais das Filipinas tornou-se a agenda para uma sociologia do Sul Global. Esta foi energeticamente defendida por uma nova geração de jovens sociólogos filipinos, que introduziu perspectivas multi e interdisciplinares motivada por aspirações de uma cidadania global ativa e empenhada. ■

> Sociologia e Transformações Sociais: 11^a Conferência da APSA

Por Leslie Lopez, Universidade Ateneo de Manila, Secretária da Sociedade Filipina de Sociologia



Emma Porio, organizadora encarregada, consegue levar a cabo duas conferências em uma semana na Universidade Ateneo de Manila. Aqui ela preside uma pusa para o café na Asian Pacific Sociological Association.

O Departamento de Sociologia e Antropologia e o Instituto de Cultura Filipina, ambos da Universidade Ateneo de Manila, nas Filipinas, organizaram e sediaram com sucesso a 11^a Conferência da Associação de Sociologia da Ásia e Pacífico (APSA) entre os dias 22 e 24 de outubro passado (2012). O tema deste ano, “Sociologia e Transformações Sociais na Região da Ásia e Pacífico”, atraiu 260 participantes de 23 países da Ásia, África, EUA, Europa e região do Pacífico.

Palestras importantes sobre sociologia pública, teoria do sul, gênero, liderança e mobilização do conhecimento foram apresentadas por sociólogos renomados da região do Pacífico Asiático, como Michael Burawoy (Presidente da Associação Internacional de Sociologia), Raewyn

Connell (Universidade de Sydney), Dang Nguyen Anh (Academia Vietnamita de Ciências Sociais), Vineeta Sinha (Universidade Nacional de Cingapura), Michael Hsiao (Academia Sinica), Surichai Wungaeo (Universidade de Chulalongkorn), Emma Porio (Universidade Ateneo de Manila), Filomeno Aguilar Jr. (Universidade Ateneo de Manila e Presidente da Sociedade Filipina de Sociologia), e Maria Cynthia Rose Bautista (Comissão de Educação Superior das Filipinas).

Durante a conferência de três dias, 60 painéis e 180 apresentações de trabalhos abordaram amplas questões relativas à região, tais como gênero, religião, globalização, educação, mudança climática e tecnologia. A conferência terminou com uma sessão plenária sobre “envolver a comunidade das ciências sociais na região do Pacífico Asiático”, moderada por

Michael Burawoy e Emma Porio, com representantes de várias associações nacionais: Yazawa Shujiro (Sociedade de Sociologia do Japão), Dang Nguyen Anh (Instituto de Sociologia, Academia Vietnamita de Ciências Sociais), Ruchira Ganguly-Scrase (APSA), Michelle Shieh (Sociedade de Sociologia de Taiwan e Academia Sinica), Mohamed Tavakol (Associação de Ciências Sociais do Irã), Vineeta Sinha (Universidade Nacional de Cingapura) e Surichai Wungaeo (Congresso Tailandês de Sociologia). ■

> Movimentos globais, reivindicações nacionais

Por Benjamín Tejerina, da Universidade do País Basco, Espanha, Presidente da RC48 (Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Mudança Social) e membro do Comitê Executivo da ISA, 2010-2014



Uma fábrica abandonada transformada em um centro de educação no Barrio de Lanús (Buenos Aires, Argentina).
Foto por Benjamín Tejerina.

Estudos sobre ação coletiva e movimentos sociais têm recebido um considerável impulso nas décadas recentes, ampliando nosso conhecimento sobre sua emergência, consolidação, impacto e declínio. Frente ao seu caráter camaleônico, a sociologia tem desenvolvido novas ferramentas para sua investigação.

Desde dezembro de 2010, temos testemunhado uma contínua série de protestos, que ocuparam pacifi-

camente espaços públicos e se voltaram contra regimes de caráter democrático duvidoso ou claramente autoritários. Países como Tunísia, Egito, Marrocos, Iêmen, Bahrein, Israel, Espanha e os Estados Unidos tiveram as experiências mais intensas dessa onda de “movimentos sociais de ocupações”. Em alguns casos, a força da mobilização pacífica tem sido suficiente para produzir uma mudança social substancial, enquanto que em outros casos o uso recorrente e crescente da violência prevaleceu. Em todos os lugares, o resultado é incerto e tem sido examinado minuciosamente por inúmeros especialistas. Os movimentos se espalharam como um vírus de país a país, através das redes

sociais, que ampliam seu impacto por meio da disseminação mundial de imagens pela *internet*. Manuel Castells tem falado com razão das “movimentos sociais de redes”.

Para examinar essa onda de mobilização social, a RC48 (Comitê de Pesquisa em Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Mudança Social), em colaboração com a RC47 (Classes Sociais e Movimentos Sociais), organizou e Conferência Internacional “Do Social ao Político: Novas Formas de Mobilização e Democratização”, em Bilbao, em fevereiro de 2012. Ensaios sobre as mobilizações no norte da África, países Árabes e no sul da Europa foram publicados pela RC48 e pela



Universidade do País Basco. Eles podem ser acessados em http://www.identidadcolectiva.es/ISA_RC48/.

Durante o ano passado, a atividade mais importante da RC48, de todos os pontos de vista, foi a organização de quase vinte sessões de apresentações, discussões e mesas redondas no Segundo Fórum de Sociologia da ISA, de 1 a 4 de agosto (2012), em Buenos Aires. Essas sessões criaram oportunidades para: aprender sobre novas tendências e abordagens teóricas no campo da mobilização e mudança social; examinar o papel da criatividade, emoções e dos corpos nos atos de protesto; analisar a representação visual da injustiça e ex-

clusão; entender a relação entre ciência, tecnologia e mobilização social; e, acima de tudo, escutar as vozes das ruas da América Latina.

Quero salientar aqui as contribuições teóricas dos trabalhos que tratavam dos movimentos sociais na Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, México, Bolívia e Equador. Estes incluíam os movimentos de *piqueteros* e de estudantes, pessoas com deficiência, parentes de vítimas de violência política, jovens negros, trabalhadores sem terra, moradores de rua, bem como conflitos em bairros populares, lutas para recuperar fábricas abandonadas, lutas de comunidades indígenas e sobre o tráfico de

peças. O encontro de Buenos Aires nos permitiu escutar e discutir, face a face, com movimentos pouco conhecidos fora da América Latina, mas que têm importante influência na democratização e na luta contra as injustiças sociais. Além disso, graças aos colegas da Universidade de Buenos Aires e do Instituto Gino Germani, pudemos estabelecer contato direto com fábricas recuperadas e organizações comunitárias de base. Muitos dos trabalhos apresentados nas sessões organizadas pela RC48 no Fórum de Buenos Aires podem ser encontrados no livro editado por B. Tejerina e I. Peruggorria, *Global Movements, National Grievances: Mobilizing for "Real Democracy" and Social Justice*. ■

> Participação jovem na Organização das Nações Unidas

Por Jovanni Rodrigues, John Jay College of Criminal Justice, Nova Iorque, EUA.

Em 2012, eu me tornei o primeiro representante jovem da Associação Internacional de Sociologia a acompanhar o Departamento Público de Informação das Nações Unidas (DPI) movido pela ideia da necessidade da presença jovem na Organização das Nações Unidas. Quando são debatidas e discutidas muitas questões, os pontos de vista variam de acordo com a identidade nacional, a raça e o sexo; entretanto, a diversidade na idade raramente é levada em conta. Como temas extremamente controversos são discutidos como parte do objetivo para mudança e reforma, a exclusão da juventude pode ser prejudicial para muitas das iniciativas que a ONU desenvolve. A finalidade de incluir a juventude é positiva por si só, porque ela cria defensores de causas importantes de ONGs e da ONU. A geração mais jovem também pode ajudar os ativistas a lutar por suas causas através das novas tecnologias para atingir e sensibilizar o público.

Em março de 2012 participei de um briefing da DPI / ONG que contou com uma estudante da Felician College em um painel de discussão sobre o uso de saneamento básico para promover a igualdade de gênero. Embora a presença rara de uma jovem tenha sido inspiradora, houve um corte imediato da conexão com a plateia quando ela tentou usar o Facebook. A plateia não respondeu às instruções de "sacar" seus celulares e uma senhora afirmou: "Eu não sei nem

mesmo como enviar mensagens de texto". Enquanto os jovens podem se sentir confortáveis usando mídias sociais como um meio de atingir os objetivos das ONGs, os ativistas de hoje não compartilham a mesma familiaridade com métodos modernos de conscientização sobre questões importantes.

É importante motivar jovens a se envolver nos movimentos da ONU, já que mídias sociais e tecnologia podem ser usadas para beneficiar de incontáveis maneiras as ONGs. Entretanto, para envolver com sucesso os jovens e usar o nosso conhecimento, devemos primeiramente ser capazes de nos identificarmos com as questões. Um dos primeiros eventos que assisti de ONGs discuti a sexualização das crianças, visto que certas organizações estão tentando estabelecer a educação sexual como um direito humano. Quando opiniões negativas em relação à homossexualidade e em relação à educação sexual no ensino primário foram apresentadas, eu percebi que era improvável este debate atrair a minha geração. Há dois modos de tirar o interesse da juventude: aborrecer-nos ou nos dar sermões.

A queda desse muro invisível que separa os ativistas de ONGs e os emergentes movimentos de juventude poderia fornecer à ONU o melhor de ambos os mundos, o que só pode beneficiar os esforços humanitários para mudança e reforma. ■

> As verdadeiras Bedik

Por Eryn Snyder, Universidade Temple, EUA



Eryn Snyder recebeu o Prêmio Memorial Rachel Tanur 2012 de Sociologia Visual. O prêmio é concedido a cada dois anos pelo Conselho de Pesquisa em Ciência Social com doações da Fundação Mark Family. Membros do grupo temático da ISA de Sociologia Visual (GT05) estão atuando como Júri do prêmio e o GT05 tem hospedado a cerimônia de premiação em encontros da ISA desde 2008. Mais informações sobre o prêmio Memorial Rachel Tanur podem ser encontradas em <http://www.racheltanurmemorialprize.org>.

De quatro a seis vezes por dia, as mulheres Bedik do sudeste do Senegal trazem água de um poço próximo para sua comunidade. Seus pés cortaram trilhas na terra vermelha e desgastaram as rochas ao longo dos caminhos até seus povoados nas montanhas. Em uma tarde tórrida no povoado de Indar, algumas mulheres me convidaram para tirar fotografias. Movendo-me entre elas enquanto andavam e conversavam calmamente, eu tirei esta foto de Denise e Marie. A imagem foi tirada como parte de um projeto etnográfico maior sobre turismo cultural em povoados Bedik. Fotografias colaborativas foram usadas para explorar como os Bedik

gostariam de representar sua cultura para turistas e como eles visualizam a identidade Bedik. Moradores me aconselharam a tirar fotos das mulheres Bedik com roupas e penteados tradicionais, realizando tarefas tradicionais. Por isso, não me surpreendeu que esta fotografia de Denise e Marie tenha sido a favorita entre os Bedik. Ainda assim, fiquei intrigada quando os moradores veementemente professaram que essas mulheres são “le vrai Bedik” – as verdadeiras Bedik.

Esta imagem apoia a percepção, ainda que ilusória, que os povoados Bedik se mantiveram incólumes às forças da globalização. Além disso, a fotografia ecoa a fetichização do tra-

balho feminino, no qual o tema da mulher portadora da água se tornou um indicador da autenticidade africana. Ao chamar Denise e Marie de “verdadeiras Bedik”, os Bedik estão também definindo sua autenticidade em termos consistentes com sua herança cultural, segundo a qual as mulheres são respeitadas detentoras de conhecimento cultural. A repetida postura de seus corpos com suas costas voltadas para a câmera cria certo anonimato; elas representam a força de todas as mulheres Bedik e, por extensão, a resistência da cultura Bedik. A imagem revela que, enquanto as mulheres Bedik assumem o peso da autenticidade de gênero, elas o fazem com agência e coragem. ■